

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Ministro de Estado
Gilberto José Spier Vargas

Secretário-Executivo
Laudemir André Müller

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Superintendente Regional Interina
Maria Assunção Giusti de Almeida

Chefe da Procuradoria Regional
Aida Maria Cristino mendes

Chefe da Divisão de Administração
Maria José Souza Leite

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Mateus Francisco Pagliarini

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Maria Assunção Giusti de Almeida

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Vera Lúcia da Silva Monteiro

Assistente Técnica da Planejamento e Controle
Silvania da Costa Castro

SUMÁRIO

Lista de Abreviações e siglas	9
Introdução	12
Parte A - Conteúdo Geral do relatório de Gestão	14
1. Identificação e Atributo da Unidade Jurisdicionada	14
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	14
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	16
Programa 2012 – Agricultura Familiar	16
Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	16
Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	16
Programa 2120 – Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário	18
1.3. Organograma Funcional	19
1.4. Macroprocessos Finalísticos	25
1.5. Macroprocessos de Apoio	27
1.6. Principais Parceiros	28
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações	30
2.1. Planejamento Estratégico	30
2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	33
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações	35
2.4. Indicadores	38
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	44
3.1. Estrutura de Governança	44
3.2. Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos	44
3.3. Remuneração Paga a Administradores	45
3.4. Sistema de Correição	46
3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/207 da CGU	47
4. Programação e Execução da Despesas Orçamentária e Financeira	48
4.1. Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	48
4.2. Informações sobre as Ações e Programa Temáticos de Responsabilidade da UJ	65
4.3. Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	97
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	108
5.2. Reconhecimento de Passivos	108
5.3. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	109
5.4. Transferências de Recursos	110
5.5. Suprimento de Fundos	114
5.6. Suprimento de Fundos – Conta Tipo B	114
5.7. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	116
5.8. Gestão de Precatórios	116
6. Gestão de Pessoas, terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	117
6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	117
6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	127
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	132
7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	132

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário	133
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	137
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação-TI	137
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	140
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	140
9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	141
10. Conformidade e Tratamentos de Disposições Legais e Normativas	141
10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	141
10. 2. Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	148
10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecidos na Lei nº 8.730/93	148
10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	149
11. Informações Contábeis	150
11.1. Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	150
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	150
11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/20	151
11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976	158
11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais	158
11.6. Parecer da Auditoria Independente	158
12. Outras Informações sobre a Gestão	158
Parte B-Conteúdo específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins	159
13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis	159
14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação	160
Anexos	162

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	14
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	44
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066	48
Quadro A.4.1.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418	49
Quadro A.4.1.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419	50
Quadro A.4.1.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420	51
Quadro A.4.1.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421	52
Quadro A.4.1.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422	53
Quadro A.4.1.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412	54
Quadro A.4.1.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987	55
Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV	56
Quadro A.4.1.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6	57
Quadro A.4.1.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7	58
Quadro A.4.1.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK	58
Quadro A.4.1.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL	59
Quadro A.4.1.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO	60
Quadro A.4.1.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP	60
Quadro A.4.1.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES	61
Quadro A.4.1.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU	62
Quadro A.4.1.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW	62
Quadro A.4.1.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1	63
Quadro A.4.1.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB	64
Quadro A.4.1.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A	64
Quadro A.4.2.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 2105	65
Quadro A.4.2.1.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 2110	66
Quadro A.4.2.1.1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 2114	67
Quadro A.4.2.1.1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 4426	67
Quadro A.4.2.1.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 8378	68
Quadro A.4.2.1.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 8387	68
Quadro A.4.2.1.1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 4460	69
Quadro A.4.2.1.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 20TG	70
Quadro A.4.2.1.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 8384	71
Quadro A.4.2.1.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 0427	72
Quadro A.4.2.1.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 20S7	76
Quadro A.4.2.1.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 8396	77
Quadro A.4.2.1.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 8398	79
Quadro A.4.2.1.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 2B06	80
Quadro A.4.2.1.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 4320	82
Quadro A.4.2.1.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 4358	83
Quadro A.4.2.1.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 8374	84
Quadro A.4.2.1.1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 4474	86
Quadro A.4.2.1.1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 6952	87
Quadro A.4.2.1.1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 8370	87
Quadro A.4.2.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 4470	88
Quadro A.4.2.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 4448	91
Quadro A.4.2.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 0859	92
Quadro A.4.2.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ–Ação 20T1	92
Quadro A.4.2.4.1. – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120	94

Quadro A.4.2.4.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ–Ação 2000	94
Quadro A.4.2.4.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ–Ação 4572	96
Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103	97
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	98
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	98
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	98
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	99
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	100
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação–Créditos Originários	103
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa–créditos originários	104
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação–Créditos de movimentação	105
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa–créditos de movimentação	106
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	108
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	109
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	110
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigoram em 2013 e exercícios seguintes.	110
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	110
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.	111
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	114
Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)	114
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	115
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	115
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	116
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	117
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	118
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	119
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária–Situação apurada em 31/12	119
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade–Situação apurada em 31/12	120
Quadro A.6.6 – Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	121
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	123
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	123
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	124
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	125
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	125
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	126
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	126
Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	127
Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	128
Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	128

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	129
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	130
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	131
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	133
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	133
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	135
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	137
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	140
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	141
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	142
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	142
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	143
Quadro A.10.4. Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	147
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	148
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	149
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	150
Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	151
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	162

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2012-Individual do INCRA está estruturado em conformidade com o disposto na DN-TCU Nº119, de 18 de janeiro de 2012.

Itens da Norma (DN TCU nº 119/2012, Parte A - Conteúdo Geral - Anexo II) que não se aplicam à realidade das Superintendências Regionais do INCRA:

I - Quadro A.4.7 - Identificação das Unidades Orçamentárias;

II - Quadro A.4.8 - Programação de Despesas Correntes;

III - Quadro A.4.9 - Programação de Despesas Capital;

IV - Quadro A.4.10 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.

Esses itens não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, uma vez que se referem às Unidades Orçamentárias, diferente do que ocorre com as Superintendências Regionais, que são órgãos descentralizados.

Itens da Norma (DN TCU nº 119/2012, Parte A - Informações Contábeis da Gestão) que não se aplicam à realidade da SR(21)AP:

I - Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora);

II - Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados;

III - Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404 de 15/12/1976, o incluindo às notas explicativas.

O item I - Não se aplica à realidade da Superintendência Regional, uma vez que se refere aos órgãos em que o capital social é composto por acionistas e as Superintendências Regionais do Incra são órgãos descentralizados de Administração Pública Federal;

O item II - Não se aplica, pois, a informação é exclusiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

O item III - Não se aplica à natureza da UJ, levando-se em consideração que a citada Lei se refere às Sociedades por Ação;

Itens da Norma (DN TCU nº 108/2010 de 24/11/2011, Parte A - Conteúdo Geral - Anexo II) que, apesar de se aplicarem à natureza das Superintendências Regionais do Incra, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência:

a) Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

b) Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Seguridade Social.

Durante o exercício de 2012 os itens acima não ocorreram no âmbito da Superintendência Regional do Amapá, uma vez que são peculiares de unidades orçamentárias, ou seja, referem-se a órgãos aos quais é consignada dotação própria no orçamento para a realização de despesas, diferente das Superintendências Regionais (órgãos descentralizados).

Durante o exercício de 2012 a SR executou as seguintes ações:

a) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária;

- b) Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas;
- c) Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais;
- d) Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
- e) Educação de Jovens e Adultos no Campo;
- f) Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária;
- I. Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento;
- II. Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária;
- III. Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária;
- IV. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas;
- V. Demarcação topográfica em Projetos de Assentamento;
- VI. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural;
- VII. Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização;
- VIII. Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias;
- IX. Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento;
- X. Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

PARTE A—CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional do Amapá		
Denominação abreviada: SR-21/AP		
Código SIORG: 4143	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373039
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(096) 3251-7987	
Endereço eletrônico: publico@INCRA.gov.br		
http://www.INCRA.gov.br		
Endereço Postal: rua Adilson José Pinto Pereira, 1409, bairro São Lázaro, CEP 68.908-610, Macapá-Amapá		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	

373039	Superintendência Regional do Amapá
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
373039	Superintendência Regional do Amapá
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
373039	37201

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Incra tem os direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei nº 4.504, de 30/11/1964 e legislação complementar, em especial a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização (art. 2º).

Conforme o art. 1º do Regimento Interno, o INCRA tem por escopo:

- I – Promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;
- II – promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- III – promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas e federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- IV – gerenciar a estrutura fundiária do país.

As Superintendências Regionais do Incra tem a finalidade de coordenar e executar em sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção da fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Incra(art. 110, Regimento Interno).

Assim sendo, a Autarquia Federal, através de suas Superintendências, tem como principal atribuição institucional implementar a política nacional de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, e buscando soluções que visem a inclusão social da população, sobretudo aquela que vive no meio rural. Para atender esse objetivo de inclusão social por meio do PNRA e/ou regularização fundiária o Incra dispõe de programas e ações que vão além da mera distribuição de parcelas em assentamentos rurais ou regularização de terras, seguindo esse objetivo a Superintendência Regional do Amapá desenvolve em consonância com as diretrizes emanadas da sede as seguintes ações:

Programa 2012 – Agricultura Familiar

As ações relativas ao programa desenvolvidas na Superintendência são:

- a) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária: Viabilizar a Assistência Técnica e a Extensão Rural às famílias dos Projetos de Assentamento, visando promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agrícolas e não agrícolas, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais, contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar, da diversificação da produção e acesso as políticas públicas, visando alcançar a sustentabilidade econômica e socioambiental nos assentamentos da reforma agrária.

Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

As ações relativas ao programa desenvolvidas na Superintendência são:

- 12. Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos;

Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

As ações relativas ao programa que são desenvolvidas pela SR(21)AP, são as seguintes:

- XI. Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção;
- XII. Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária: Licenciatar e regularizar os assentamentos da reforma agrária nos questões ambientais;
- XIII. Educação de Jovens e Adultos no Campo: Capacitar, alfabetizar e escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social;
- XIV. Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária: Realizar a gestão ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, por meio do monitoramento das atividades relacionadas com a regularização e com o uso dos recursos naturais, promovendo a implementação do manejo sustentável da flora ou da fauna, e incentivando a adoção de alternativas sustentáveis de produção com base agroecológica, florestal ou agroflorestal;
- XV. Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento: Prover ou recuperar a infraestrutura básica dos projetos de assentamento rural, necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável;
- XVI. Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária: Assentar famílias do público da Reforma Agrária por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infra-estrutura básica, crédito instalação e licenciamento ambiental, e proceder a supervisão ocupacional dos lotes;
- XVII. Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos;
- XVIII. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas: Dar condições de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades;
- XIX. Demarcação topográfica em Projetos de Assentamento: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável;
- XX. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e conferir maior segurança jurídica para o Serviço de Registro de Imóveis - SRI. Fiscalizar o cadastro, visando o cumprimento da função social da propriedade para subsidiar as ações de obtenção de terras; combater à grilagem de terras e o trabalho análogo ao de escravo; verificar a legalidade dominial dos imóveis rurais e a veracidade das informações declaradas; verificar o limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e identificar os imóveis passíveis de ações de reforma agrária; gerir a Rede Nacional de Cadastro Rural; elaborar o Plano Geral de Estatísticas Cadastrais e estudos técnicos cadastrais;
- XXI. Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização: Incrementar a renda nos projetos de assentamento rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, as experiências e as potencialidades locais, bem como a supervisionar e acompanhar a execução;
- XXII. Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária: Supervisionar, fiscalizar e acompanhar as famílias assentadas na aplicação

adequada do Crédito de Instalação, bem como prestar serviços de assistência técnica tanto na elaboração do projeto quanto na edificação, na reforma ou na ampliação da habitação, nos projetos de assentamentos rurais;

XXIII. Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e para as entidades públicas ou privadas.

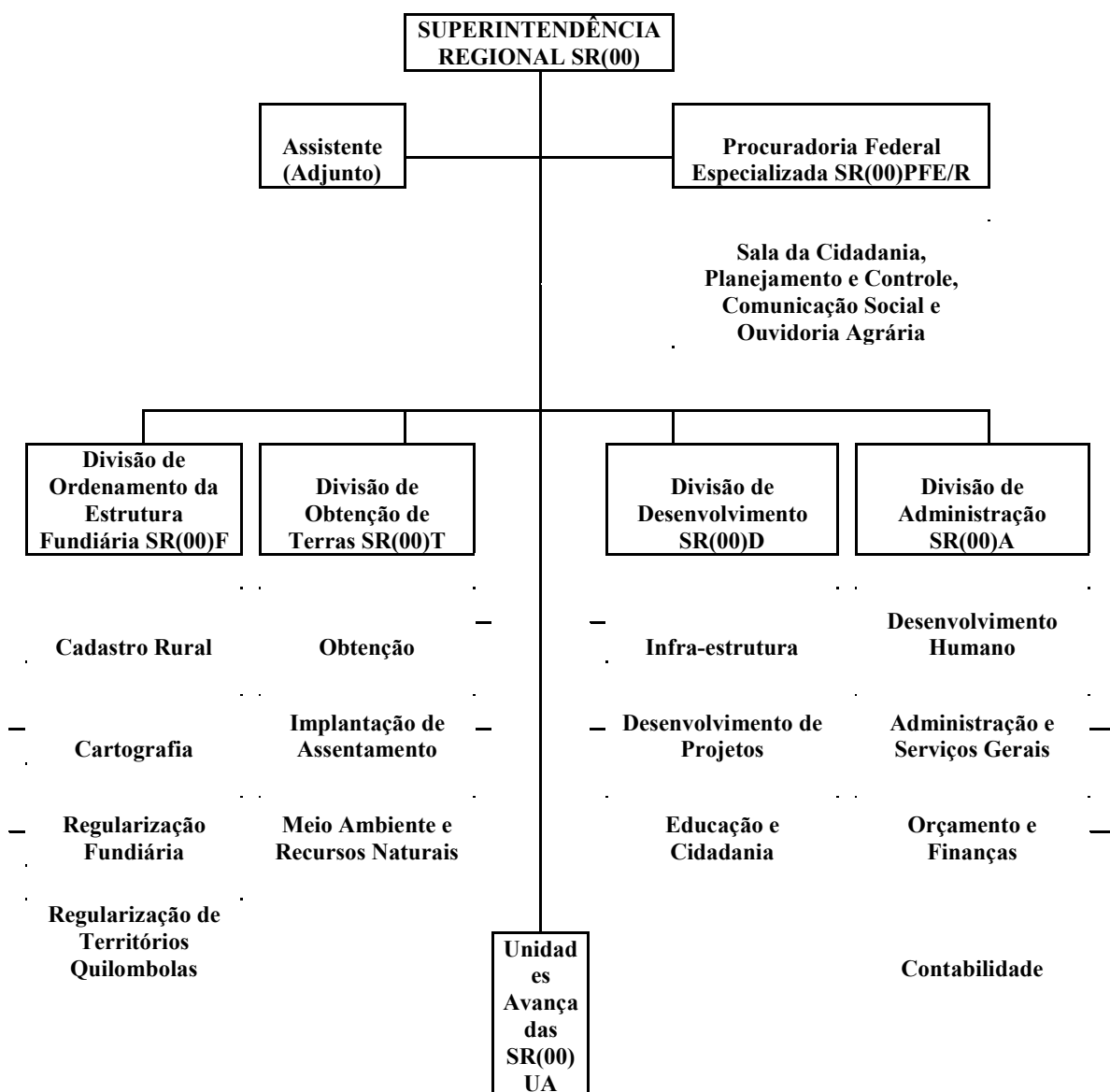
Programa 2120: Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

A ação desenvolvida na Superintendência é:

- a) Administração da Unidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas;
- b) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

1.3 Organograma Funcional

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas

ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) **Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania)** - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) **Planejamento e Controle** - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) **Comunicação Social** - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social

relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) **Ouvidoria Agrária** - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I. **À Procuradoria Regional-SR(00)PFE/R** - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II. **À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária-SR(00)F** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras: **De Cadastro Rural** - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Cartografia** - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Regularização Fundiária** - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis

da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Regularização de Territórios Quilombolas** - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desinstituição; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III. **Divisão de Obtenção de Terras-SR(00)T** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras: **De Obtenção** - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Implantação de Assentamentos** - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desinstituição de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Meio Ambiente e Recursos Naturais** - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV. **À Divisão de Desenvolvimento-SR(00)D** - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes

atividades, dentre outras: **De Infraestrutura** - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Desenvolvimento de Projetos** - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do Incra objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Educação e Cidadania** - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V. **À Divisão de Administração - SR(00)A** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras: **De Desenvolvimento Humano** - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro,

lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Contabilidade** - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Administração e Serviços Gerais** - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências. **De Orçamento e Finanças** - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI. À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

VII. Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas

georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VIII. Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

IX. Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra oficialmente não mapeou seus macroprocessos, existem estudos sobre o assunto, mas até o presente momento não houve a finalização desses estudos e o estabelecimento dos macroprocessos finalísticos da Autarquia.

A seguir explicitamos 3 macroprocessos finalísticos da Autarquia:

MACROPROCESSO: OBTENÇÃO DE TERRAS			
Tem por objetivo coordenar, regulamentar, orientar e supervisionar as atividades de aquisição, desapropriação e incorporação de terras ao patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; as atividades de seleção de famílias, promoção do acesso à terra e criação de projetos de reforma agrária; e aproveitamento sustentável do meio-ambiente e dos recursos naturais nos Projetos de Assentamento.			
Processo	Produto	Cliente	Necessidade

- Obtenção - Implantação de Assentamentos - Meio Ambiente e Recursos Naturais	- Imóvel adquirido/desapropriado. - Projeto de Assentamento criado. - Licenciamento protocolado.	Agricultores rurais sem terra.	- Democratizar o acesso a terra, bem como contribuir para o combate da pobreza no meio rural. - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
---	--	--------------------------------	--

MACROPROCESSO: DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS

Tem por objetivo coordenar, supervisionar e normatizar o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento; integrar políticas públicas e ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para garantir o desenvolvimento sustentável, econômico e social dos Projetos de Assentamento; e para consolidação do Programa de Reforma Agrária.

Processo	Produto	Cliente	Necessidade
- Infraestrutura - Desenvolvimento de Projetos - ATER - Crédito - Educação e Cidadania	- Estrada construída / recuperada. - Projeto de Assentamento sustentável. - Atendimento com assistência técnica. - Crédito concedido. - Agricultor escolarizado.	Famílias assentadas da Reforma Agrária.	- Qualificar e consolidar os Projetos de Assentamento desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, Agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural. - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

MACROPROCESSO: ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Tem por objetivo normatizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de implantação, fiscalização e manutenção dos cadastros integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR; de natureza cartográfica, incluindo ações de georreferenciamento; de discriminação, arrecadação, destinação, controle e titulação em terras devolutas e públicas federais; de ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira; de controle do arrendamento e da aquisição de terras por estrangeiros; e de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas.

Processo	Produto	Cliente	Necessidade
- Cadastro Rural - Cartografia - Regularização Fundiária - Quilombolas	- Sistemas cadastrais. - Certificação emitida. - Imóveis regularizados. - Comunidade de remanescentes de quilombos regularizados.	Posseiros da agricultura familiar, comunidades tradicionais e quilombolas.	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Incra, realizar a fiscalização das informações cadastrais e da função social da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Os responsáveis diretos pela implementação dos macroprocessos finalísticos nas SR's são as Divisões de Obtenção de Terras, Desenvolvimento e Ordenamento da Estrutura Fundiária.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio existentes nas Superintendências Regionais do Incra funcionam como suporte aos macroprocessos finalísticos. Esses macroprocessos são desenvolvidos pelo Gabinete da Superintendência e suas funções vinculadas – Atendimento ao Cidadão, Planejamento e Controle, Comunicação Social e Ouvidoria Agrária – e pela Divisão de Administração, que possui dentre as funções vinculadas o Desenvolvimento Humano, a Contabilidade, Orçamento e Finanças, Administração e Serviços Gerais.

MACROPROCESSO: GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Tem por objetivo Propor atos normativos, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de administração orçamentária e financeira, contabilidade, recursos humanos e serviços gerais.			
Processo	Produto	Cliente	Necessidade
- Desenvolvimento Humano - Serviços Gerais - Orçamento e Finanças - Contabilidade - Transporte - Licitação e Convênios	- Servidores capacitados. - Atividades consideradas finalísticas com o devido suporte administrativo.	Servidores, terceirizados e estagiários.	- <i>Propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos.</i> - <i>estruturar, executar e acompanhar as atividades de licitação e contratos, administração de bens patrimoniais e de serviços gerais.</i> - <i>Coordenar, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades de administração e execução orçamentária e financeira, créditos e financiamentos.</i> - <i>Realizar todos os atos administrativos necessários ao suporte das atividades consideradas finalísticas do INCRA.</i>

MACROPROCESSO: GESTÃO ESTRATÉGICA			
Tem por objetivo coordenar, monitorar e avaliar, em articulação com os órgãos da Administração Pública Federal, as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de programação orçamentária, os planos relativos às políticas de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária, compatibilizando as diretrizes estratégicas da Autarquia com os projetos de desenvolvimento de recursos humanos, formulação e avaliação orçamentária, gestão da informação e programas de avaliação do desempenho gerencial.			
Processo	Produto	Cliente	Necessidade
- Planejamento - Monitoramento - Controle - Tecnologia da Informação	- Atividades finalísticas planejadas e monitoradas. - Questões de tecnologia da informação geridas.	Servidores.	- <i>Coordenar e acompanhar a elaboração de planos, programas, ações e metas.</i> - <i>Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento do Plano de Compromisso e suas reformulações.</i> - <i>Coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilizar informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas.</i> - <i>Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas.</i> - <i>Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de</i>

			gestão. - Realizar gestão da tecnologia da informação.
--	--	--	---

1.6 Principais Parceiros

As principais instituições da Superintendência Regional do Incra no estado do Amapá são os seguintes:

- a) Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA: nas políticas voltadas para a população do campo, as principais ações realizadas em parceria com a Delegacia do MDA no estado do Amapá, são os mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.
- b) Secretaria de Patrimônio da União-SPU: principal parceira na obtenção de áreas para criação de assentamentos rurais ambientalmente diferenciados no âmbito do estado do Amapá, tem possibilitado a inclusão de milhares de famílias brasileiras ao Programa Nacional de Reforma Agrária. A referida ação governamental está alinhada com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), aprovada por meio do Decreto nº 6.040/2007;
- c) Prefeituras Municipais: A parceria com as prefeituras municipais tem sido fundamental para garantir a infraestrutura social e produtiva aos projetos de assentamento de reforma agrária situados nas respectivas jurisdições;
- d) Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP: em conformidade com a Lei nº 12.188/2010 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária-PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária-PRONATER, cabe as Superintendências Regionais do Incra a realização de chamadas públicas para contratação dos serviços de ATER-Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária para as famílias assentadas a assistência técnica para os assentados da reforma agrária no estado do é executada por esta autarquia estadual.
- e) Procuradoria Geral Federal-PF/PGF/AGU: a parceria consiste na representação judicial da autarquia, em conformidade com a Portaria Nº 530, de 13 de julho de 2007, da Procuradoria Geral Federal, da Advocacia Geral da União. Com a mudança introduzida a partir do exercício de 2010, à Procuradoria Federal Especializada do Incra/SR-21/AP compete apenas o exercício da parte consultiva, auxiliando os gestores no processo de tomada de decisão, de modo a assegurar a regularidade dos atos praticados, em consonância com os princípios da Administração Pública.
- f) Ministério Público Federal: A atuação do Ministério Público Federal é essencial à função jurisdicional do Estado, vez que assegura o cumprimento das leis, a proteção de direitos individuais e coletivos e contribui para dar efetividade às políticas públicas governamentais.
- g) Instituto de Meio Ambiente do estado do Amapá-IMAP: O licenciamento ambiental de projetos de assentamento, longe de ser uma mera formalidade, é um requisito indispensável para o desenvolvimento rural sustentável, consoante o previsto no art. 225 da Constituição Federal. Neste sentido, a atuação conjunta com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA's) é uma das principais prioridades para o Incra.
- h) Polícia Federal: o apoio da Polícia Federal é fundamental para assegurar o devido cumprimento dos pedidos demandados pelo Incra e ajuizados pela PF/PGF/AGU, em face das parcelas irregularmente ocupadas em projetos de assentamento de reforma agrária. Outra ação importante exercida pela Polícia Federal em apoio às ações do Incra consiste na abertura de inquéritos policiais para investigar desvios e promover a recuperação de recursos públicos aplicados

irregularmente na gestão de transferências voluntárias e de modalidades do Programa Crédito Instalação.

i) Associações e Cooperativas: A participação social é fundamental para execução dos programas e ações promovidos pelo governo federal e conseqüentemente para Programa Nacional de Reforma Agrária. De acordo com essa perspectiva, as ações da SR-21 tem se pautado pelo diálogo democrático e permanente com as organizações que atuam no meio rural. As Associações, Cooperativas e as representações de trabalhadores são importantes aliados da reforma agrária e constituem-se como agentes de promoção do controle social das políticas públicas.

j) Controladoria Regional da União: com contribuições relevantes no sentido de melhorar a gestão pública;

k) Fundação Nacional de Saúde: o Incra-sede possui ACT com este órgão visando a colaboração e cooperação no desenvolvimento e execução de ações coordenadas para promover a saúde e o controle de doenças, através da implementação de melhorias nos sistemas de saneamento e de abastecimento de água nas áreas de assentamento de reforma agrária e de remanescentes de quilombos;

l) SEBRAE: durante o exercício de 2012 ocorreram com este ente no sentido de chegar a um acordo para fomentar o empreendedorismo nos assentamentos rurais do Amapá.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1. Planejamento Estratégico

A seguir serão apresentadas informações sobre o planejamento estratégico da Superintendência Regional no Amapá, contemplando:

2.1.1. Período de abrangência do plano estratégico: o período de abrangência do planejamento estratégico a ser demonstrado foi o exercício de 2012;

2.1.2. Vinculação do plano estratégico: o plano estratégico da UJ foi elaborado com base no Plano Plurianual-PPA através documento denominado Plano de Compromisso 2012 para o qual foram construídas estratégias visando o alcance das metas físicas, com a utilização de recursos previamente definidos. Plano estratégico esse a ser apresentado neste item e com maiores detalhes ao longo do presente Relatório de Gestão no momento de análises sobre as ações desenvolvidas;

2.1.3. Principais objetivos estratégicos: o planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida, visando um maior grau de interação com o ambiente. Trata-se de um processo contínuo durante o qual são definidos e revisados, em especial, os objetivos e os projetos de intervenção que visam à mudança desejada. Permite, com isso, que todos os esforços realizados, em qualquer área, tenham unidade e sejam coerentes com o objetivo único de obter um desempenho superior. Assim, os principais objetivos estratégicos que a UJ buscou durante o exercício de 2012, ao gerenciar e executar programas e ações e cumprir suas atribuições foram: Eficiência operacional, Fiscalizar a função social dos imóveis rurais, Democratizar o acesso e o direito a terra de maneira a implementar a reforma agrária, Promover a reforma agrária através da qualificação dos assentamentos e das famílias, Implementar a reforma agrária de forma participativa, Reduzir a violência e pobreza no campo; e Gestão e participação social;

2.1.4. Principais ações planejadas: A seguir serão apresentadas as ações planejadas para UJ ao longo de 2012, os objetivos estratégicos estabelecidos.

Principais Ações Planejadas no Exercício de 2012

Valores em R\$ 1,00

Programa/Ação	Produto/Unidade de Medida	Orçamentário				Físico			% Execução	
		Orçamento Programado	Provisão Recebida	Valor Empenhado (R\$)	Valor Liquidado (R\$)	Programado Físico	Executado Físico	Pendente Físico	Execução Física	Execução Financeira
2066-REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA										
0427-Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família atendida	35.694.978,00	23.699.455,00	21.181.000,00	3.991.600,00	1586	3194	0	201,39%	11,18%
2057-Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito supervisionado	180.677,00	240.676,50	226.905,53	226.905,53	402	2836	0	705,47%	125,59%
2105-Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel gerenciado	20.000,00	20.000,00	6.839,30	6.839,30	250	75	175	30,00%	34,20%
2B06-Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado	42.670,00	62.110,00	57.344,96	57.344,96	10	7	3	70,00%	134,39%
4320-Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – TERRA SOL	Família beneficiada	366.099,00	259.128,15	236.317,92	232.268,73	865	0	865	0,00%	63,44%
4358-Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Doc. Titulação expedido	29.666,00	29.666,00	28.732,39	28.732,39	0	455	0	0,00%	96,85%
8370 – Capacitação e Formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional formado	22.469,00	22.468,00	14.503,46	14.503,46	0	0	0	0,00%	64,55%
8374 – Licenciamento Ambiental da Reforma Agrária	Licença ambiental protocolada	46.456,00	47.076,00	43.832,65	43.832,65	3	2	1	66,67%	94,35%

8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do PNRA	Família assentada	55.579,00	44.038,75	42.149,93	42.149,93	300	439	0	146,33%	75,84%
8387 –Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada (há)	70.900,00	41.593,00	36.675,11	36.675,11	22200	0	22200	0,00%	51,73%
8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projeto de Assentamento	Família atendida	3.816.948,11	3.816.948,11	3.419.548,52	58.292,71	517	0	517	0,00%	1,53%
8398-Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família atendida	62.890,00	29.889,50	2.376,44	2.376,44	171	0	171	0,00%	3,78%
2012-AGRICULTURA FAMILIAR										
447 -Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Família assistida	2.774.563,00	2.774.563,23	2.759.781,89	26.637,61	2689	2815	0	104,69%	0,96%
2034-ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL										
20T1 -Reconhecimento, Demarcação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida (há)	23.086,00	29.086,00	23.604,81	23.604,81	58	0	0	0,00%	102,25%
2120-GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO										
2000 -Administração da Unidade		1.299.072,00	1.411.264,14	1.397.294,02	1.285.524,62	0	0	0		98,96%
4572 -Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação	Servidor capacitado	19.368,00	36.984,94	36.386,59	33.336,59	14	71	0	507,14%	172,12%

Fonte: Plano de Compromisso 2012, SIAFI, SIR-Módulo Monitoramento e Avaliação

Todos os programas e ações constantes do plano estratégico da UJ estão previstos no PPA 2012-2015, e são de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

No quadro acima está exposta, de forma apenas numérica, a situação geral das ações sob responsabilidade da UJ no exercício de 2012. É uma representação que objetiva dar uma visão geral da execução tanto física como financeira das metas propostas pela sede em consonância com as demandas sociais existentes.

Desse quadro se depreende que algumas ações previstas no Plano de Compromisso da Autarquia, lograram êxito e outras não foram executadas pela UJ no decorrer do exercício.

As ações que alcançaram êxito no atingimento da meta proposta, inclusive com superação dos resultados previstos o exercício de 2012, apesar da ocorrência de problemas na execução, tiveram a participação efetiva de servidores comprometidos com a instituição, apesar das problemáticas relativas ao contingenciamento de recursos orçamentários, disponibilização financeira incompatível com a descentralização orçamentária, reduzida capacidade operacional da UJ, dentre outras dificuldades.

As dificuldades para execução de algumas metas propostas dizem respeito a problemas, tais como: demora na definição dos limites físicos e orçamentários para as SR's por parte da sede, greve geral deflagrada pelos servidores da Autarquia, inoperância da CPL local, dentre outros. Deve-se frisar que algumas atividades relativas a essas ações foram realizadas, porém, não foram suficientes para o alcance das metas. A análise crítica sobre a execução de cada meta será explicitada no tópico próprio deste relatório.

Em síntese, esses fatos somente representam uma introdução de algumas das competências e atividades realizadas pela Superintendência Regional no Estado Amapá, ao longo do exercício de 2012, onde seus conteúdos e especificidades serão detalhados no decorrer do presente relatório de gestão.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Seguem informações sobre as estratégias adotadas pela Superintendência Regional do Amapá, para atingir os objetivos estratégicos do exercício de 2012, especialmente sobre:

2.2.1. Avaliação dos riscos

No exercício de 2012 não foram realizadas avaliações dos riscos que poderiam prejudicar ou impedir a realização dos objetivos estratégicos, uma vez que esses haviam sido analisados ao longo dos últimos anos, principalmente para a construção do novo Plano Plurianual-PPA, portanto a UJ buscou estratégias de atuação e execução de atividades de forma contínua na tentativa de superação desses riscos, internos ou externos.

2.2.2. Revisão de macroprocessos

Considerando que o Incra não realizou oficialmente o mapeamento dos macroprocessos, também não houve revisão dos mesmos.

2.2.3. Adequações na estrutura

Foram realizadas modestas adequações tecnológica e imobiliária, tendo em vista a pouca disponibilidade orçamentária, contudo essas visaram reestruturação e melhorias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos.

2.2.4. Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados

A UJ buscou ao longo do exercício de 2012 uma orquestração da comunicação com as tomadas de decisão e escolha de estratégias para a divulgação de resultados, tanto interna como externamente.

Dessa forma, desde a formulação das metas pontuais até o objetivo institucional, são etapas discutidas entre servidores, gestores e chefia. Acredita-se assim aprimorar a capacidade comunicativa das partes, a partir do ponto em que cada qual teve um papel preponderante para a definição de metas e objetivos, buscando assim motivar os colaboradores e criar uma cultura organizacional participativa.

Os laços de estratégias comunicativas se dão em forma variadas. Colaboram para esse fim os meios de comunicação interna disponíveis, tais como: reuniões setoriais, eventos, comunicações oficiais, informes em rede (intranet e e-mails institucionais), murais, entre outros.

2.2.5. Principais estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos

As principais estratégias de atuação frente aos objetivos mencionados anteriormente foram os destacados abaixo:

- a) **Eficiência operacional:** aprimoramento da gestão dos processos de trabalho, reduzindo despesas, aperfeiçoamento a comunicação interna e, incentivo às práticas que conduzam à inovação e à agilidade nas entregas;
- b) **Fiscalizar a função social dos imóveis rurais:** enquanto órgão regulador, fiscalizador e gestor da reforma agrária, a UJ buscou fiscalizar a função social dos imóveis rurais, através de supervisões ocupacionais, cujo objetivo foi verificar a adequada utilização dos lotes dos assentamentos rurais, principalmente no que se refere a preservação ambiental. Também, providenciou a contratação dos serviços de assistência técnica e extensão rural para os assentados da reforma agrária;
- c) **Democratizar o acesso e o direito a terra de maneira a implementar a reforma agrária:** implementar a reforma agrária por meio da criação e/ou reconhecimento de assentamentos sustentáveis, regularização de terras públicas a serem destinadas, promover uma gestão mais organizada e justa da estrutura fundiária no estado de Amapá; tudo isso, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
- d) **Promover a reforma agrária através da qualificação dos assentamentos e das famílias:** promover o acesso a infraestrutura básica, também mediante o licenciamento ambiental, acesso aos créditos de instalação e produtivos, assessoria técnica, para que os assentados do PNRA possam aproveitar da melhor maneira possível os recursos naturais das áreas concedidas; propiciar aos assentados o acesso aos serviços públicos básicos assegurados na Carta Magna, tais como, moradia,

saúde, educação etc, de forma a promover o cumprimento de direitos civis, trabalhistas, além da promoção da paz no campo;

e) **Implementar a reforma agrária de forma participativa:** visando sempre os princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, formando parcerias com entes federais, o estado, municípios e organizações;

f) **Reduzir a violência e a pobreza no campo:** promover a equidade na distribuição da terra, mediando conflitos que possam causar prejuízos, físicos e materiais, às pessoas no decorrer das disputas pela posse da terra; e

g) **Gestão e participação social:** consolidar a gestão social como mecanismo de governança do desenvolvimento, aprimorar processos e espaços de participação social e instrumentos de formulação, monitoramento e controle das políticas públicas.

Vale destacar, que a agricultura familiar é uma forma de produção presente em todo mundo, e no Brasil é o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e, portanto, tem significativa importância econômica para o país. E nesse contexto a reforma agrária tem a função de integrar políticas públicas que se destinem a fortalecer o desenvolvimento rural.

O êxito da reforma agrária não pode ser medido apenas pelo número de famílias assentadas, mas principalmente, pela contribuição dessas famílias no desenvolvimento da região onde estão inserida, com melhoria da qualidade de vida, influenciando de forma positiva tanto social e econômica como ambientalmente.

O maior desafio do Brasil é harmonizar as estratégias de desenvolvimento regional, articulando políticas públicas em sintonia com as necessidades das populações, tendo como eixo a agricultura familiar e a reforma Agrária.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Abaixo segue demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando:

2.3.1. Resultado das ações planejadas: o PPA 2012-2015 estabelece como competência do Inera executar atividades em 04 (quatro) programas e suas respectivas ações. Para a UJ 03 (três) ações não tiveram meta estabelecida (Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais, Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a RA, e Administração da Unidade); 08 (oito) ações tiveram o resultado abaixo do estabelecido como meta anual (Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da RA, Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização, Licenciamento Ambiental da RA, Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e Reconhecimento, Demarcação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas); 06 (seis) ações planejadas tiveram superação das metas inicialmente estabelecidas (Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da RA, Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do PNRA, Assistência Técnica e Extensão Rural para a reforma Agrária e Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação), e 01 (uma) ação que não estava inicialmente prevista, foi executada (Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais).

2.3.2. Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de algumas metas: foram 08 (oito) ações que não tiveram o atingimento das metas inicialmente estabelecidas, conforme descrito abaixo:

- a) Ação 8396-Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento: não alcançou a meta inicialmente estabelecida principalmente em decorrência de falhas ocorridas na elaboração das planilhas de custos das obras, situação que ocasionou o atraso da contratação. Assim, embora o processo licitatório tenha finalizado ainda no exercício de 2012, os contratos só foram firmados em janeiro de 2013;
- b) Ação 2105-Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural: a ação foi executada apenas parcialmente com a contabilização de dados lançados via SNCR-Web e a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR, realizou o acompanhamento da aquisição de terras por estrangeiros, a fiscalização cadastral com intuito de auferir os índices de utilização da terra e de produtividade, bem como o fiel cumprimento da função social da terra, tanto nos aspectos sociais, ambientais e agronômicos.
- c) Ação 2B06-Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da RA: ação ocorreu via vistorias de imóveis rurais em áreas de assentamento para anuência para Autorização Prévia a Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável-APAT, foram vistoriados lotes localizado em 7 assentamentos rurais e houve 46 (quarenta e seis) famílias obtiveram a anuência do Incra;
- d) Ação 4320-Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização: a execução da ação ocorreu via divulgação do programa nos assentamento;
- e) Ação 8374- Licenciamento Ambiental da RA: a meta da UJ era licenciar 3 projetos de assentamento, e foram licenciados apenas dois, pois, os demais projetos não licenciados dependem da elaboração de PDA ou PRA para que a UJ formalize o protocolo no órgão ambiental. Os estudos (PDA e PRA) foram contratados em novembro de 2012;
- f) Ação 8387-Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais: a execução da meta ocorreu apenas com serviços de escritório para confecção de LAF's e diálogos com o SPU para incorporação de novas áreas para criação de assentamentos rurais;
- g) Ação 8398-Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento: a ação não foi executada por inoperância na fase de licitação;
- h) 20T1-Reconhecimento, Demarcação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas: 07 comunidade foram objetos da equipe técnica da UJ no exercício, sendo assim, os recursos foram utilizados com deslocamento da equipe técnica para levantamento e coleta de dados visando a elaboração do RTID destas comunidades. As comunidades que contaram com a presença dos técnicos, tanto para a elaboração do RTID, quanto para participar de reuniões para tratar de assuntos concernentes a regularização fundiária, foram as comunidades remanescentes de quilombo: São Raimundo do Pirativa, Engenho do Matapi, Cinco Chagas do Matapi, Cunani, Rosa e São José do Mata Fome;

2.3.3. Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos

Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da UJ ficam evidentes através da demonstração retro mencionadas, foram positivas nas ações que obtiveram êxito e negativas naquelas que não puderam ser concretizadas. Espera-se que no exercício de 2013 os resultados sejam melhores e, apesar do resultado pode-se dizer que o conjunto de atividades desenvolvidas ao

longo do exercício de 2012 representa o aperfeiçoamento do serviço a prestado à disposição da sociedade pelo Incra.

2.4. Indicadores

Seguem informações sobre os indicadores utilizados pela UJ para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de Imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de Gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Reais / hectare	(Valor total de indenizações (desapropriações) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividido pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício) no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras - gastos na Ação 4460 - SIAFI e SIR. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação - conforme a publicação do Decreto - SIR e SIPRA.	Não se aplica
Índice de Protocolos de Licença Ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA (s) com processo de licenciamento ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA (s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de licenças ambientais protocoladas no exercício, dividido pelo número de licenças ambientais expedidas no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de PA (s) com licença ambiental protocolada - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade de PA (s) com licença ambiental expedida - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	13%
Índice de Projetos de Assentamentos com Licença Ambiental em Vigor	Indica o percentual de PA (s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de assentamentos com licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor - SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade total de PA (s) federais - SIPRA.	65,62%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de PDA / PRA	Expressa a quantidade de projetos de assentamento com PDA / PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de projetos de assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de assentamentos jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de assentamentos com PDA / PRA aprovado pelo INCRA - SIR. Quantidade total de assentamentos jurisdicionados - SIPRA.	81,25%
Índice de Acesso a Estradas Transitáveis ou Outras Vias de Transporte Adequado ao Escoamento da Produção até as Unidades Produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício - conforme avaliado pelas equipes de assistência técnica atuantes nos PA (s) e SIR. Número total de famílias assentadas no exercício - SIPRA.	27,87%
Índice de Acesso a Moradia nos Assentamentos	Expressa o acesso à moradias nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício - conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR. Número de famílias assentadas no exercício - conforme constante do Sistema SIPRA.	21,24%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício - Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR.	0
Índice de Provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade de famílias atendidas pela assistência técnica.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de famílias atendidas por assistência técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por atendidas por assistência técnica. Número de famílias dos A (s) - conforme informação constante no SIPRA.	20,86%
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas - conforme informação a ser controlada nos Sistemas SIPRA / SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação - SIPRA / SIR.	Não se aplica
Número de Projetos Ambientalmente Diferenciados Implantados	Expressa o número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias INCRA n°s 268/1996, 477/1999, 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período - SIPRA e definição das Portarias INCRA n°s 268/1996, 477/1999, 1.141/2003 e 215/2006.	1
Índice de Consolidação de Assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de famílias assentadas em PA (s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA (s) criados	Número de famílias assentadas em PA (s) consolidados, conforme NE 09/2001 - SIPRA e apurado pela assistência técnica.	0

						pelo INCRA, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número total de famílias existentes nos PA (s) criados pelo INCRA - SIPRA.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5.868/1972, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividida pela superfície total da área abrangida pela jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha)) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados - disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) - conforme disponível em www.ibge.gov.br .	22
Índice de Análise de Processos de Certificação de Imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por Exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício - conforme indicado nos Sistemas SISPROT, SIR e Comitês de Certificação Estaduais. Número de processos de certificação protocolados no exercício - conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês de Certificação Estaduais.	0%
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de Abrangência de Capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação em face de todo o corpo funcional.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da autarquia.	75,53%

Índice de Horas de Capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Horas / funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	19,08
--------------------------------	---	--	-----------	---------------	---------------------	--	---	--------------

2.4.1. Da Utilidade dos Indicadores Institucionais

A utilidade dos indicadores de desempenho está intimamente relacionada à capacidade de comunicar o que é realmente importante e influencia o ente público a executar ações adequadas para sanar problemas que estão sob sua responsabilidade resolver. Tem a finalidade precípua de auxiliar os gestores a articular, descrever, comunicar, implementar e monitorar suas estratégias em todos os níveis da organização. Isso é conseguido conectando objetivos, iniciativas e medições à estratégia organizacional.

Através do conjunto de indicadores apresentados no subitem acima, nacionalmente estabelecidos, foi possível prover os meios para monitorar as tendências, detectar os desvios dos objetivos, localizar as causas primárias de desempenhos insatisfatórios, procurar explicações e obter respostas.

2.4.2. Da Mensurabilidade dos Indicadores Institucionais

O conjunto de indicadores apresentados permite medir a capacidade do sucesso ou insucesso dos resultados almejados, uma vez que foram definidos alguns passos no planejamento e no monitoramento; definem o sentido e o alcance dos programas e suas respectivas ações; medem ainda o alcance dos objetivos; e podem ser facilmente verificados através das fontes informadas.

2.4.3. Análise Crítica dos Indicadores Institucionais

Importante salientar que alguns dados, dos quais: a forma como foram verificados os números considerados para famílias assentadas e a quantidade projetos de assentamento que podem ser atendidos com atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no nível de agregação:

- a) Dos 32 (duzentos e dois) Projetos de Assentamento criados pela Superintendência Regional do Amapá, somente 4 (quatro) estão em fase de consolidação, 2 (dois) assentamentos consolidados, os demais estão em fase de estruturação; e
- b) Das 13.489 (treze mil quatrocentos e oitenta e nove) famílias assentadas no estado do Amapá, somente 1.377 (um mil trezentos e setenta e sete) famílias estão assentadas em projetos de assentamento em fase de consolidação, e 721 (setecentos e vinte e uma) famílias assentadas nos projetos de assentamento consolidados.

Portanto, se pode dizer que os indicadores apresentados acima possuem efetiva aplicação, uma vez que auxiliam os gestores UJ na tomada de decisões. E, após sua apresentação através da prestação de contas é feita divulgação, em âmbito da Regional, tanto para conhecimento dos bons resultados, quanto para a verificação das providências a serem realizadas no exercício visando melhoramentos.

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1.Estrutura de Governança

A UJ é composta por quatro divisões, sendo três com atribuições finalísticas e uma com atribuições de apoio, além do gabinete da Superintendência, no qual está o gestor máximo da UJ e suas assessorias.

Não faz parte da estrutura regimental da UJ unidade de auditoria interna. No Incra a Auditoria Interna é centralizada na sede da Autarquia

3.2.Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

O controle interno da UJ:

- a) Ambiente de controle: relativamente bem estruturado, no qual há entendimento geral sobre direitos e obrigações dos servidores no que diz respeito as suas atribuições no órgão e a necessidade de existir um controle efetivo na unidade;
- b) Avaliação de risco: ainda é incipiente na UJ a prática de avaliação de riscos, porém essa lacuna, não impede que os riscos sejam verificados e avaliados, e que ações sejam adotadas no sentido dos mesmos não impactarem de forma negativa a atuação da UJ;
- c) Informação e comunicação: o sistema de comunicação na UJ é relativamente bem estruturado. Todos os servidores possuem e-mail pessoal da instituição, acesso a intranet e a internet, as comunicações ocorrem também por via escrita, diretamente para as divisões e servidores, ou para toda a unidade com afixação de documentos no mural;
- d) Monitoramento: o sistema de controle da UJ é monitorado pela sede.

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
a) A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
b) Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
c) A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
d) Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
e) Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
f) Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
g) As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
h) Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
i) Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
j) Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
k) Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	

l) É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
m) É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
n) A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
o) Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
p) Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
q) Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
r) Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
s) Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
t) As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
u) As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
v) As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
w) A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
x) As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
y) A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
z) A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
aa) A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
bb) O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
cc) O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
dd) O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Para responder as informações acima o Gestor reuniu todos os Chefes de Divisão e seus substitutos, membros da CPL, e assessores. O itens foram lidos, discutidos e escolhidos aqueles que mais se adequaram a realidade da UJ.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4. Sistema de Correição

A atividade correicional na Autarquia é exercida de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Inkra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

No âmbito das Superintendências Regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Nesta UJ foram indicadas por Ordem de Serviço duas servidoras para alimentar o Sistema CGU/PAD, porém dificuldades encontradas nos lançamentos de processos, o referido sistema deixou de ser alimentado, funcionando precariamente.

No exercício de 2012 foram instaurados os seguintes procedimentos:

PORTARIA	PROCESSO	SITUAÇÃO
CPAD P.Nº 20, de 16 de julho de 2012 – BS Nº 29, de 16/07/12. P. Prorrogação nº 24, de 10 de setembro de 2012 – B.S Nº 37, de 10.09.2012	54350.000387/2011-14	Conforme pesquisa no sisprot, o processo encontra-se no Gabinete desta Regional deste 28.02.2013
CPAD P.Nº 22, de 19 de julho de 2012 – BS Nº 30, de 23/07/12. P. Prorrogação nº 27, de 17 de setembro de 2012 – BS Nº 38, de 17.09.2012	54350.000512/2011-96	Sem informação do presidente da Comissão
CPAD P.Nº 23, de 24/08/12 – BS Nº 35, de 27/08/12	54350.000956/2007-45	Presidente da Comissão devolveu o processo
CPAD Port .Nº 25, de 17.09. 2012 – BS Nº 38, de 17/09/12 Prorrog. nº 34, de 19/11/12- B.S Nº 47, de 19/11/12 Contin. nº 37, de 10.12.12 - BS Nº 50, de 10/12/2012 Contin. nº 10, de 11/02/13 – BS Nº 06, de 11/02/13	54350.000388/2012-40 Anexos 54000.002017/2009-77, 54350.000596/2010-87	Processo em andamento
SIND P.Nº31, de 22.10. 2012 – BS Nº 43, de 22/10/12. Prorrogação nº 33, de 19/11/12- B.S Nº 47, de 19/11/12	54350.000052/2011-04	Conforme pesquisa no sisprot, o processo encontra-se no Gabinete desta Regional deste 20.03.2013
SIND P.Nº 21, de 16 de julho de 2012 – BS Nº 29, de 16/07/12.	54350.000343/2012-75	Presidente devolveu o processo ao RH no dia 30/07/12, por motivo de ter recebido mandado de Notificação, para jurado na 1ª Vara do Tribunal do Júri .

Fonte: SDH-Div. Administração

A UJ dispõem de um aparato precário para promover apurações de possíveis irregularidades ocorridas em seu âmbito, as dificuldades vão desde a infraestrutura física precária até a existência de poucos servidores capacitados para trabalhar nas apurações.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2066			
Título	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)
		e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)				
d) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.			INCRA
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.			INCRA

0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	INCRA
0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.	INCRA
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.	INCRA

O Incra possui apenas uma unidade orçamentária para todo o Órgão. A Sede ao receber os recursos orçamentários e financeiros, repassa tais valores para as Superintendências, as quais assumem a responsabilidade pela execução apenas das ações de sua responsabilidade.

4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.2.1. Objetivos Vinculados ao Programa 2066

Quadro A.4.1.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418

Identificação do Objetivo						
Código		0418				
Descrição		Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.				
Programa		2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária				
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar 1,2 milhão de atualizações	Imóvel				

	cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 2105)	gerenciado				
2	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) (Ação 2105)	CCIR emitido	-			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel gerenciado					
2	CCIR emitido					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419

Identificação do Objetivo						
Código		0419				
Descrição		Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.				
Programa		2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária				
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de há (Ação 4426)	Hectare certificado	-			
2	Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 1.952/2009 - Terra Legal (Ação 4426)	Imóvel georreferenciado				
3	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária (Ação 2110)	Imóvel regularizado				
4	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8	Área diagnosticada				

milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal (Ação 8378)					
--	--	--	--	--	--

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4426** - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional; **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **8378** - Gestão de Terras Públicas e **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Hectare certificado					
2	Imóvel georreferenciado					
3	Imóvel regularizado					
4	Área diagnosticada					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420

Identificação do Objetivo						
Código		0420				
Descrição		Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.				
Programa		2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária				
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária)	Projeto criado	-		-	-
2	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 8387)	Área vistoriada				
3	Obter 1 milhão de hectares (Ação 4460)	Área obtida				
5	Assentar 200 mil famílias (Ação 8384)	Família assentada				
6	Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos (Ação 8374)	Licença protocola				

		da				
7	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher (Ação 0427)	Crédito disponibilizado				
8	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria(Ação 0427)	Crédito disponibilizado	-			
9	Construir e/ou reformar 120 mil casas (Ação 0427)	Casa construída	-			
10	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (Ação 8396)	Família atendida	-			
11	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas (Ação 8396)	Km construído s/reforma dos	-			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária; **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Projeto criado					
2	Área vistoriada					
3	Área obtida					
4	Família assentada					
5	Licença protocolada					
6	Crédito disponibilizado					
7	Crédito disponibilizado					
8	Casa construída					
9	Família atendida					
10	Km construídos/reforma dos					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421

Identificação do Objetivo	
Código	0421
Descrição	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso (Ação 4358)	Documento de titulação expedido				
2	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento (Ação 2B06)	Assentamento beneficiado				
3	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização (Ação 4230)	Família beneficiada				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e **4230** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de titulação expedido					
2	Assentamento beneficiado					
3	Família beneficiada					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422

Identificação do Objetivo						
Código		0422				
Descrição		Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.				
Programa		2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária				
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atender 8.000 jovens e ou adultos (Ação 4474)	Trabalhador escolarizado				
2	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social (Ação 6952)	Profissional capacitado				
3	Manter 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente (Ação 8370)	Profissional formado				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador escolarizado					
2	Profissional capacitado					
3	Profissional formado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.2.2. Objetivo Vinculado ao Programa 2012

Quadro A.4.1.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412

Identificação do Objetivo						
Código		0412				
Descrição		Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.				
Programa		2012 – Agricultura Familiar				
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contratação de serviços de	Família				

	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária (Ação 4470)	assistida				
2	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado (Ação 4470)	Família assistida	-			
3	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres (Ação 4448)	Agente formado				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assistida					
2	Família assistida					
3	Agente formado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.2.3. Objetivo Vinculado ao Programa 2034

Quadro A.4.1.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987

Identificação do Objetivo						
Código		0987				
Descrição		Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.				
Programa		2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial				
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares (Ação 0859)	Área indenizada				
2	Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias (Ação 20T1)	Área reconhecida				
3	Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias (Ação 20T1)	RTID publicado	-			
4	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas (Ação 20T1)	Título expedido	-			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações 0859 - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e 20T1 - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área indenizada					
2	Área reconhecida					
3	RTID publicado					
4	Título expedido					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.3.1. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418

Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV

Identificação da Iniciativa	
Código	01DV
Descrição	Fiscalização cadastral das propriedades rurais.
Objetivo	0418
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado (Ação 2105)	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.3.2. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419

Quadro A.4.1.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6

Identificação da Iniciativa						
Código		01E6				
Descrição		Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais				
Objetivo		0419				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado (Ação 4426)	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4426** - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado					

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7

Identificação da Iniciativa						
Código		01E7				
Descrição		Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.				
Objetivo		0419				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado (Ação 2110)	Imóvel				
2	Sistema Mantido (Ação 2114)	Sistema				
3	Área Diagnosticada (Ação 8378)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e **8378** - Gestão de Terras Públicas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado					
2	Sistema Mantido					
3	Área Diagnosticada					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.3.3. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420

Quadro A.4.1.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK

Identificação da Iniciativa	
Código	01EK
Descrição	Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).

Objetivo		0420				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada (Ação 8387)	Ha				
2	Área Obtida (Ação 4460)	Ha				
3	Área Indenizada (Ação 20TG)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada					
2	Área Obtida					
3	Área Indenizada					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL

Identificação da Iniciativa						
Código		01EL				
Descrição		Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.				
Objetivo		0420				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família assentada (Ação 8384)	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)

Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assentada					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO

Identificação da Iniciativa						
Código		01EO				
Descrição		Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.				
Objetivo		0420				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado (Ação 8374)	Assentamento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP

Identificação da Iniciativa						
Código		01EP				
Descrição		Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.				
Objetivo		0420				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Orde	Descrição		Unidade	Meta Física		Meta Financeira

m	(Meta PC 2012)	de Medida	(PC 2012)		(PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família atendida (Ação 0427)	Família				
2	Crédito Supervisionado (Ação 20S7)	Família				
3	Família atendida (Ação 8398)	Família				
4	Família atendida (Ação 8396)	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família atendida					
2	Crédito Supervisionado					
3	Família atendida					
4	Família atendida					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.3.4. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421

Quadro A.4.1.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES

Identificação da Iniciativa						
Código		01ES				
Descrição		Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.				
Objetivo		0421				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido (Ação 4358)	Documento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU

Identificação da Iniciativa						
Código		01EU				
Descrição		Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.				
Objetivo		0421				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado (Ação 2B06)	Assentamento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 2B06 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.1.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW

Identificação da Iniciativa						
Código		01EW				
Descrição		Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.				
Objetivo		0421				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família				

	(Ação 4320)				
--	-------------	--	--	--	--

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.3.5. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422

Quadro A.4.1.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1

Identificação da Iniciativa						
Código		01F1				
Descrição		Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.				
Objetivo		0422				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural escolarizado (Ação 4474)	Trabalhador				
2	Profissional capacitado (Ação 6952)	Profissional				
3	Profissional capacitado (Ação 8370)	Profissional				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural escolarizado					
2	Profissional capacitado					
3	Profissional capacitado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.3.6. Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412

Quadro A.4.1.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB

Identificação da Iniciativa						
Código		01CB				
Descrição		Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.				
Objetivo		0987				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida (Ação 4470)	Família				
2	Agente Formado (Ação 4448)	Agente				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida					
2	Agente Formado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.1.3.7. Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987

Quadro A.4.1.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A

Identificação da Iniciativa						
Código		047A				
Descrição		Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.				
Objetivo		0987				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área indenizada (Ação 0859)	Ha				
2	Área reconhecida (Ação 20T1)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos; **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.2. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.1. Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.2.1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
20.000,00	6.839,30	6.839,30	0,00	0,00	6.111,89	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	250	75	20.000,00	6.839,30

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Setor de Cadastro Rural da UJ se destacam as seguintes:

O controle da Aquisição e o Arrendamento de terras por estrangeiros que ocorrem basicamente através da troca de informações entre a Superintendência Regional e o Cartório de Registro de Imóveis existentes no estado do Amapá, ou seja, os Cartórios, trimestralmente, encaminham através

de ofício as movimentações ocorridas. Em relação ao período de 2012, verificou-se que não houve aquisição ou arrendamento de imóveis rurais por pessoa estrangeira, bem como não foram abertos processos solicitando autorização para aquisição de imóveis rurais por pessoa estrangeira, incluindo as pessoas brasileiras com capital estrangeiro no âmbito da UJ.

A meta de imóveis gerenciados se refere aos imóveis inseridos no Sistema Nacional de Cadastro Rural–SNCR ou que sofreram algum tipo de atualização cadastral. As principais atividades desenvolvidas no âmbito desta ação foram:

- c) inclusão ou atualização de informações relacionadas aos imóveis rurais situados no Amapá cadastrados na base de Dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR; e
- d) fiscalização cadastral. Estas atividades podem ser desenvolvidas em campo, através do acompanhamento dos serviços de regularização fundiária, titulação de parcelas em projetos de assentamento ou no escritório, mediante alteração de dados cadastrais constantes no SNCR.

A baixa execução física da meta, apenas 30,00%, pode ser explicada por uma série de fatores dentre os quais os mais importantes são:

- a) Falta de Unidades Municipais de Cadastramento (UMC's) no Estado do Amapá;
- b) Falta de pessoal no Setor de Cadastro que conta hoje com apenas dois técnicos;
- c) Falta de treinamento dos técnicos da área de assentamento para que eles mesmos possam realizar o cadastro dos imóveis nos PA's;
- d) Necessidade de deslocamento do produtor até a capital Macapá para realizar o cadastramento;
- e) Existência da portaria interministerial INCRA/MDA nº 10 a qual limita aos municípios do estado do Amapá o cadastramento de áreas tituladas (propriedades), impedindo a inserção de dados de posses por simples ocupação no SNCR. Esta situação permite apenas ao serviço de cadastro rural a inclusão de imóveis a partir da emissão de Títulos de Domínio por parte dos programas de regularização fundiária existentes no Estado.

Quanto à ação de Fiscalização Cadastral de imóveis rurais existem cerca de quarenta processos em trâmite na UJ, no entanto, em decorrência da alta complexidade dos mesmos e da falta de técnicos com experiência em análise de cadeia dominial, não foi possível concluir nenhum processo de fiscalização cadastral no exercício. Para sanar a pendência se faz necessário solicitar apoio de técnicos oriundos de outras Superintendências para realizar essas análises além de capacitar técnicos do Setor de Cadastro Rural em análise de cadeia dominial.

Quadro A.4.2.1.1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110

Quadro 11 - Atividade 12 - Apoio de programas comunitários de responsabilidade da CS - Ação 1110					
Identificação da Ação					
Código	2110				
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos				
Iniciativa	01E7				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação					
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de	Meta Física (PC 2012)	Meta Financeira (PC 2012)	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Atribuição do escritório local da SRFA-Terra Legal, as informações não foram repassadas. Segundo informações verbais do Coordenador do escritório local as informações serão consolidadas num único relatório que será confeccionado pela sede da SRFA em Brasília.

Quadro A.4.2.1.1 .3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114

Identificação da Ação						
Código	2114					
Descrição	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	Sistema				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Sistema Mantido					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

Quadro A.4.2.1.1 .4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação	
Código	4426
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional
Iniciativa	01E7
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201
Execução Orcamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Provisão recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Atribuição do escritório local da SRFA-Terra Legal, as informações não foram repassadas. Segundo informações verbais do Coordenador do escritório local as informações serão consolidadas num único relatório que será confeccionado pela sede da SRFA em Brasília.

Quadro A.4.2.1.1.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378

Identificação da Ação						
Código	8378					
Descrição	Gestão de Terras Públicas					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha	0	0	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Ação não prevista para o exercício.

Quadro A.4.2.1.1 .6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
-----------------------	--	--	--	--	--	--

Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
41.593,00	36.675,11	36.675,11	0,00	0,00	36.675,11	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	22.200,0000	0,0000	70.900,00	36.675,11

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

No exercício foram finalizados os trabalhos de elaboração dos Laudos Agronômicos de Fiscalização-LAF para criação dos PAE's Foz do Mazagão e Sucuriçu. A criação desses assentamentos irá possibilitar a inclusão 330 famílias tradicionais como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA.

Também foi realizada vistoria no PA Igarapé Grande, município de Oiapoque, com objetivo de dirimir dúvidas relativas à emissão de títulos por parte do Governo do Estado do Amapá, na área. Essa vistoria constatou que o estado realmente emitiu LO-Licença de Ocupação no perímetro que compreende o assentamento, portanto, em terras pertencentes à União. Após a constatação a equipe elaborou o relatório sobre o assunto e encaminhou ao gabinete da SR para providências junto ao Governo do Estado.

No período foram efetuadas pesquisas de preços de mercado de terras nos municípios do estado com a finalidade de elaborar a **Planilha de Preços Referenciais**, a fim de atualizar a planilha existente. A atualização é necessária para que a UJ possa emitir instrumentos de titulação aos beneficiários da reforma agrária.

Foi vistoriada ainda uma área pertencente à comunidade de Carapanãtuba, no município de Macapá, visando à criação de um projeto de assentamento agroextrativista no exercício de 2013.

Quadro A.4.2.1.1 .7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação	
Código	4460
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Iniciativa		01EK				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Ação não implementada pela SR, que só trabalha com aquisição de terras públicas.

Quadro A.4.2.1.1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG

Identificação da Ação						
Código		20TG				
Descrição		Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária				
Iniciativa		01EK				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Ação não implementada pela SR, que só trabalha com aquisição de terras públicas.

Quadro A.4.2.1.1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
44.038,75	42.149,93	42.149,93	0,00	0,00	42.149,93	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	300	439	55.579,00	42.149,93

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

A meta física de assentamentos de trabalhadores rurais no estado do Amapá, prevista no Plano de Compromisso da Autarquia para o exercício de 2012, após o advento do Decreto nº 7.680/2012, foi de 300 (trezentas) famílias.

Ao final do exercício a UJ cadastrou como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária 439 (quatrocentos e trinta e nove) famílias, em projetos criados em exercícios anteriores e projetos criados no exercício.

Nos assentamentos criados pelo Incra foram assentadas 289 famílias, sendo 191 famílias no PAE Foz do Mazagão Velho, criado no exercício de 2012, e o restante se refere ao assentamento de famílias por meio de complementação de vagas existentes nos projetos criados em exercícios anteriores, conforme a seguir, PA's: Cedro (5 famílias), Matão do Piaçacá (3 famílias), Ipixuna Miranda (19 famílias), Munguba (2 famílias), Nova Colina (12 famílias), Perimetral (1 família), Santo Antônio da Pedreira (1 família), Serra do Navio (1 família), Itaubal (7 famílias), Governador Janary (1 família), Pancada do Camaipi (10 famílias), Piquiazal (10 famílias), Igarapé Grande (4 famílias), Manoel Jacinto (21 famílias) e Nova Canaã (1 família), totalizando 98 famílias.

Também, foram reconhecidas famílias de projetos estaduais: Pe. Josimo (4 famílias), Dra. Mércia (1 família), Ilha do Franco (18 famílias), Ilha do Brigue (28 famílias), Ilha do Curuá (50 famílias) e

Ilha do Marinheiro (48 famílias), num total de 149 (cento e quarenta e nove) famílias, e na Reserva Extrativista do Rio Cajari foi reconhecida 01 (um) família. O total de famílias reconhecidas como beneficiárias do PNRA foi de 150 famílias.

O reconhecimento dessas famílias viabiliza o acesso à linha de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar–PRONAF, além dos créditos da reforma agrária (apoio inicial, apoio mulher, aquisição de material de construção, fomento e recuperação de material de construção), é uma ação de relevante ação social.

Quadro A.4.2.1.1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código		0427				
Descrição		Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas				
Iniciativa		01EP				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.699.455,00		21.181.000,00	3.991.600,00			3.991.600,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1586	3194	35.694.978,00	3.991.600,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	2121				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

A meta tem como objetivo dar condições de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas ou reconhecidas pelo Incra por meio da concessão de crédito instalação, em suas várias modalidades. Os recursos **“financeiros são repassados às representações de trabalhadores rurais assentados para construção e recuperação de unidades habitacionais, compra de implementos e de insumos produtivos, bem como de gêneros alimentícios para subsistência das famílias antes da primeira colheita. Crédito concedido às famílias assentadas com apoio da assistência Técnica para a sua aplicação com a supervisão e fiscalização do Incra”** (PPA 2012-2015).

No exercício de 2012 foram beneficiadas 3.194 famílias com crédito instalação nas modalidades Apoio Inicial, Fomento, Aquisição de Materiais de Construção e Apoio Mulher. Dessas, 1.073 se referem aos processos formalizados no exercício de 2012, e 2.121 são de famílias cujos processos tiveram as despesas inscritas em Restos a Pagar-RAP nos exercícios de 2010 e 2011.

Foram efetivamente construídas 43 (quarenta e três) casas nos assentamentos Carnot, Cruzeiro, Munguba, Nova Vida Perimetral, Serra do Navio, e recuperadas 1.021 (um mil e vinte e uma), nos projetos de assentamento Cedro, Cruzeiro, Ilha do Curuá, Itaubal, Maracá, Matão do Piaçacá, Munguba, Nova Canaã, Nova Colina Nova Vida, Perimetral, São Benedito do Aporema, Serra do Navio e Vila Velha.

Apoio Inicial

Nº PROCESSO	SIPRA	PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
54350.000563/2011-18	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	10
54350.000611/2011-78	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	15
54350.000690/2011-17	AP0012000	CEDRO	TARTARUGALZINHO	40
54350.000691/2011-61	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	50
54350.000813/2011-10	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	15
54350.000998/2011-62	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	10
54350.000262/2012-75	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	10
54350.000264/2012-64	AP0044000	IPIXUNA MIRANDA	MACAPÁ	15
54350.000268/2012-12	AP0043000	ILHA DO BRIGUE	MACAPÁ	20
54350.000267/2012-06	AP0043000	ILHA DO BRIGUE	MACAPÁ	30
54350.000317/2012-47	AP0026000	CUJUBIM	PRACUUBA	10
54350.000318/2012-91	AP0014000	NOVA COLINA	PORTO GRANDE	10
54350.000324/2012-49	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	30
54350.000335/2012-29	AP0042000	ILHA DO FRANCO	MACAPÁ	80
54350.000341/2012-86	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	30
54350.000262/2012-75	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	3
TOTAL				378

Fonte: SIAFI

Apoio Mulher

Nº PROCESSO	SIPRA	PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
54350.000326/2010-76	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	10
54350.000477/2010-24	AP0043000	ILHA DO BRIGUE	MACAPÁ	50
54350.000669/2011-11	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000685/2011-12	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000694/2011-03	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000706/2011-91	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000730/2011-21	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40

54350.000738/2011-97	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000740/2011-66	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000993/2011-30	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.001008/2011-11	AP0004000	PERIMETRAL	PEDRA B. AMAPARI	40
54350.001075/2011-28	AP0013000	MUNGUBA	PORTO GRANDE	35
54350.001100/2011-73	AP0012000	CEDRO	TARTARUGALZINHO	40
54350.000703/2011-58	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000269/2012-97	AP0043000	ILHA DO BRIGUE	MACAPÁ	50
54350.000297/2012-12	AP0004000	PERIMETRAL	PEDRA B. AMAPARI	20
54350.000340/2012-31	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	30
54350.000344/2010-58	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	30
54350.000358/2012-33	AP0043000	ILHA DO BRIGUE	MACAPÁ	40
54350.000367/2010-62	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	10
54350.000451/2012-48	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	27
54350.000271/2012-66	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	50
54350.000272/2012-19	AP0012000	CEDRO	TARTARUGALZINHO	50
54350.000315/2012-58	AP0033000	PE. JOSIMO	MACAPÁ	20
54350.000316/2012-01	AP0026000	CUJUBIM	PRACUUBA	35
54350.000319/2012-36	AP0014000	NOVA COLINA	PORTO GRANDE	35
54350.000323/2012-02	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	50
54350.000330/2012-04	AP0023000	NOVA CANAÃ	PORTO GRANDE	30
54350.000336/2012-73	AP0042000	ILHA DO FRANCO	MACAPÁ	80
54350.000342/2012-21	AP0031000	LOURENÇO	CALÇOENE	30
54350.000384/2012-61	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	10
54350.000391/2012-63	AP0005000	CARNOT	CALÇOENE	50
54350.000418/2012-18	AP0014000	NOVA COLINA	PORTO GRANDE	15
54350.000451/2012-48	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	23
54350.000457/2012-15	AP0038000	FERREIRINHA	FERREIRA GOMES	20
54350.000481/2012-54	AP0004000	PERIMETRAL	PEDRA B. AMAPARI	30
54350.000509/2012-53	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	20
54350.001109/2011-81	AP0009000	BOM JESUS	TARTARUGALZINHO	35
54350.000438/2012-99	AP0003000	PIQUIAZAL	MAZAGÃO	30
54350.000479/2012-85	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	30
54350.000486/2012-87	AP0019000	ANAUERAPUCU	SANTANA	60
54350.000298/2012-59	AP0020000	ITAUBAL	ITAUBAL	20
54350.000463/2012-72	AP0003000	PIQUIAZAL	MAZAGÃO	15
TOTAL				1480

Fonte: SIAFI

Fomento

Nº PROCESSO	SIPRA	PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
54350.000561/2011-29	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	50
54350.000632/2011-93	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	40
54350.000661/2011-55	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	50
54350.000698/2011-83	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000994/2011-84	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	50
54350.001000/2011-47	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	15
54350.000704/2011-01	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	50
54350.000263/2012-10	AP0044000	IPIXUNA MIRANDA	MACAPÁ	65
54350.000270/2012-11	AP0040000	ILHA DO BRIGUE	MACAPÁ	50
54350.000314/2012-11	AP0033000	PE. JOSIMO	MACAPÁ	15
54350.000325/2012-93	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	50
54350.000337/2012-18	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	30
54350.001073/2011-39	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	30
54350.000421/2012-31	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	20
TOTAL				555

Fonte: SIAFI

Aquisição de Materiais de Construção

Nº PROCESSO	SIPRA	PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
54350.000651/2011-10	AP0004000	PERIMETRAL	PEDRA B. AMAPARI	15
54350.000519/2011-16	AP0040000	ILHA DO CURUÁ	MACAPÁ	20
54350.000615/2011-56	AP0014000	NOVA COLINA	PORTO GRANDE	20
54350.000659/2011-86	AP0023000	NOVA CANAÃ	PORTO GRANDE	23
54350.000999/2011-15	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	10
54350.000522/2011-21	AP0042000	ILHA DO FRANCO	MACAPÁ	20
54350.000562/2011-73	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	30
54350.000610/2011-23	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	15
54350.000688/2011-48	AP0012000	CEDRO	TARTARUGALZINHO	20
54350.000693/2011-51	AP0017000	MARACÁ	MACAPÁ	25
54350.000714/2011-38	AP0025000	P. CAMAIIPI	MAZAGÃO	1
				199

Fonte: SIAFI

Recuperação de Materiais de Construção

Nº PROCESSO	SIPRA	PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
54350.000445/2012-91	AP0011000	MATÃO DO PIAÇACÁ	SANTANA	20
54350.000564/2011-62	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	50
54350.000644/2011-18	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	20
54350.000648/2011-04	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	50
54350.000672/2011-35	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	50
54350.000692/2011-14	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	50
54350.000741/2011-19	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000810/2011-86	AP0017000	MARACÁ	MAZAGÃO	12
54350.001072/2011-94	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	20
54350.000664/2011-49	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	30
54350.000664/2011-99	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	20
54350.000665/2011-33	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	50
54350.000695/2011-40	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	30
54350.000696/2011-94	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	10
54350.000722/2011-84	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000728/2011-51	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	40
54350.000731/2011-75	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	30
54350.000731/2011-75	AP0036000	RIO CAJARI	MAZAGÃO	10
54350.000799/2011-54	AP0031000	LOURENÇO	CALÇOENE	10
TOTAL				582

Fonte: SIAFI

A dificuldade mais relevante encontrada para a realização desta ação se refere ao descompasso existente no processo de descentralização dos recursos, ou seja, quase sempre o recurso orçamentário é descentralizado, mas, o financeiro não, ocasionando atrasos na aplicação dos créditos, situação que invariavelmente finda por deixar pendências para os exercícios seguintes.

A UJ superou significativamente a meta preestabelecida pela sede, foram 3.194 famílias, beneficiadas com crédito instalação, tanto famílias que estavam aguardando a disponibilização dos recursos desde exercícios anteriores como famílias cujos processos foram formalizados no próprio exercício.

Apesar dos esforços da UJ no sentido de conseguir pagar todos os processos formalizados no exercício, o objetivo não foi alcançado devido a falta de recurso financeiro. Assim sendo, uma razoável soma de recursos foi novamente inscrita em RAP e impactará negativamente a execução da meta no exercício de 2013.

Quadro A.4.2.1.1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação	
Código	20S7
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
240.676,50	226.905,53	226.905,53	0,00	0,00	226.905,53	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	402		180.677,00	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Esta ação é complementar a anterior, pois, tem a finalidade de dotar as unidades do Incra dos recursos necessários a fiscalização dos empréstimos concedidos, visando a sua boa e regular aplicação.

No exercício em comento não houve dificuldade para a realização desta ação, pois, o aporte financeiro foi adequado a necessidade programada.

A meta tem como objetivo dar condições de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas ou reconhecidas pelo Incra por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades. Os recursos.

Quadro A.4.2.1.1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.816.948,11	3.419.548,52	58.292,71	0,00	0,00	58.292,71	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Família Atendida	Família	517	0	3.816.948,00
---	------------------	---------	-----	---	--------------

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

O Plano de Compromisso da Autarquia previu que no ano de 2012 a Superintendência Regional do Incra deveria atender 517 famílias com obras de infraestrutura no exercício, e para atingir esse objetivo previu a descentralização de recurso na ordem de R\$ 3.816.948,00.

Inicialmente a UJ, trabalhou com a perspectiva de implantar obras nos projetos de assentamento, que totalizariam o valor de R\$ 10.165.861,13 (dez milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais e treze centavos), uma vez que a sede informou a possibilidade de descentralizar mais recursos do que o montante previsto no Plano de Compromisso, para as Regionais que conseguissem contratar as obras ainda no 1º semestre, vide quadro abaixo.

Assim sendo, a previsão inicial foi a seguinte:

ANO	JURISDIÇÃO	PA	ESTRADAS VICINAIS			OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA			TOTAIS
			Nº FAMILIAS	KM	VALOR R\$	Nº FAMILIAS	M	VALOR R\$	
2012	TC/CENTRO-OESTE	MANOEL JACINTO	100	25	3.118.809,23		0	0	3.118.809,23
	TC/DOS LAGOS	BOM JESUS	0	0	0		80	614.516,16	614.516,16
		CEDRO/ENTRE RIOS	0	0	0		50	412.307,36	412.307,36
		CRUZEIRO	0	0	0		50	412.307,36	412.307,36
	SR	VILA VELHA	144	36	5.607.921,02		0	0	5.607.921,02
TOTAL GERAL									10.165.861,13

Fonte: Setor de Infraestrutura/Desenvolvimento.

Posteriormente, após a descentralização dos recursos foram efetuados os procedimentos para contratação das obras nos PA's Bom Jesus, Cruzeiro e Manoel Jacinto, cujos projetos básicos já haviam sido elaborados pela equipe de engenharia, conforme abaixo:

PROCESSO Nº	CONCORRÊNCIA Nº	OBJETO	DATA DA ABERTURA DO CERTAME	SITUAÇÃO ATUAL
54350.000114/2012-51	001/2012	Implantação de 14,60 km de estradas vicinais em projetos de assentamento na jurisdição da SR(21)AP.	14/06/12	Cancelada
54350.000199/2012-77	002/2012	Construção de 50m de ponte de madeira no projeto de assentamento Cruzeiro, município de Amapá.	13/06/12	Cancelada
54350.000197/2012-88	003/2012	Construção de 80m de ponte de madeira no projeto de assentamento Bom Jesus, município de Tartarugalzinho.	04/07/12	Cancelada

Fonte: Licitações/GAB.

A obras nos PA's Manoel Jacinto, Cruzeiro e Bom Jesus, referentes aos processos constantes do quadro acima, não foram contratadas e executadas em 2012, pois, conforme consta na Nota de Auditoria nº 201205628/001, da Controladoria Geral da União–CGU, os projetos básicos apresentavam inconformidades que prejudicavam o prosseguimento da licitação podendo acarretar dano ao erário e possíveis sanções administrativas aos responsáveis. No mesmo documento o órgão de controle, orientou que a UJ avaliasse a conveniência de dar prosseguimento às Concorrências 01, 02 e 03, relativas aos aludidos processos.

Assim sendo, os procedimentos foram cancelados e os processos arquivados. Em seguida foram realizados ajustes nos projetos básicos e formalizados os processos nº 54350.000248/2012-71, para implantação de 26 km de estrada vicinal e 10km de recuperação de estrada vicinal no PA Vila Velha do Cassiporé, e o processo nº 54350.000526/2012-91, para construção de 50 m de ponte de madeira no PA Cruzeiro. Essas obras foram licitadas no final do mês de dezembro, e os contratos foram assinados e publicados no exercício de 2013.

No exercício o Setor de Infraestrutura realizou as seguintes atividades:

- a) Elaboração do plano de ação para execução do Plano de Compromisso-2012;
- b) Fiscalização das obras fiscalizou as obras relativas ao contrato 06.000/2011 do processo 53.350.000.577/2011-51, **reforma e ampliação de uma unidade de processamento semi-mecanizado de farinha no P.A. Carnot, cujo valor é R\$ 271.719,00** (duzentos e setenta e hum mil, setecentos e dezenove reais), 100% concluída, foram também fiscalizadas obras do contrato 05.000/2011 do processo 53.350.000.646/2011-15, **implantação de 27,7Km de estradas vicinais no P.A. Bom Jesus, no valor de R\$ 1.789.951,01** (Hum Milhão, Setecentos e Oitenta e Nove Mil, Novecentos e Cinquenta e Hum Reais e Hum Centavo.). Esta Obra ainda não foi concluída e possui um saldo de Restos a Pagar no Valor de R\$ 616.787,27 (Seiscentos e Dezesesseis Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Vinte e Sete Centavos.);
- c) Levantamento de campo para elaboração de projetos básicos para implantação de estradas vicinais nos PA's Manoel Jacinto (29 Km), Maracá (60 Km), Nova Canaã (25 Km) e Vila Velha do Cassiporé (26 km);
- d) Levantamento de campo para elaboração de projetos básicos para recuperação de estrada vicinal no PA Perimetral, Vila Velha do Cassiporé (10 km);
- e) Levantamento de campo para elaboração de projeto básico para construção de ponte no PA Cruzeiro (50 m);
- f) Levantamento físico da sede do Incra-Ap para elaboração de projeto básico de reforma e ampliação.

No exercício a força de trabalho do Setor de Infraestrutura foi reforçada e, conta 01 (um) engenheiro civil; 02 (dois) analistas em reforma e desenvolvimento agrário/Eng. Civil; 01 (um) técnico de nível médio.

As dificuldades encontradas para realização das atividades se referem a:

- a) Aquisição de softwares e equipamentos de informática;
- b) Insuficiência de recursos e incentivos para execução de serviços inerentes ao setor.

Quadro A.4.2.1.1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação					
Código	8398				
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento				
Iniciativa	01EU				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

	29.889,50	2.376,44	2.376,44	0,00	0,00	2.376,44
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	171	0	62.890,00	2.376,44

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

No mês de março de 2012 foi elaborado um projeto básico para medição e demarcação topográfica de 70 parcelas rurais nos Projetos de Assentamentos Matão do Piaçacá e Perimetral Norte, localizados nos municípios de Santana e Pedra Branca do Amapari, respectivamente. Referido projeto, após ter sido encaminhado ao Gabinete, retornou à Divisão de Ordenamento para correção de possíveis erros de cálculos. Após as correções o mesmo retornou ao Gabinete, para autorização de abertura do certame licitatório, todavia, como não havia recurso disponível para contratação dos serviços, situação que só foi solucionada no mês de novembro, quando a sede descentralizou recurso no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

O processo foi encaminhado à Comissão de Licitação em 07/11/2012 para os procedimentos, visando a contratação da empresa de topografia especializada nos serviços. Todavia, a contratação não foi possível, pois, o setor encarregado de efetuar o procedimento não o efetivou no prazo.

Também é necessário frisar que ainda existem pendências na fiscalização dos trabalhos topográficos referentes ao Processo nº 54350.000435/2010-93, devido o contrato nº 6.000/2010 ter expirado em dezembro de 2012, sem que a Empresa contratada, DN Técnicos Associados tivesse concluído os serviços de demarcação das parcelas.

Os maiores problemas para a execução desta ação se devem aos seguintes fatores:

- quantidade de recursos insuficientes para contratação dos serviços, pois, a sede prevê o preço da parcela abaixo do preço praticado no mercado local, conforme a sede cada lote sairia a um preço de R\$ 367,77 (segundo o último Plano de Compromisso), enquanto a média local é de R\$ 900,00 a parcela;
- demora na liberação dos recursos orçamentários e financeiros
- demora na execução dos procedimentos licitatórios.

Quadro A.4.2.1.1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação	
Código	2B06
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Provisão recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
62.110,00		57.344,96	57.344,96	0,00	0,00	57.344,96
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentament o	10	7	42.670,10	57.344,96

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

No exercício de 2012, na ação de Gestão Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária foi programada a análise de processos e vistoria técnica nas parcelas objeto de solicitação para anuência a atividade de manejo florestal e Certificação de Taxa de área desmatada em parcelas identificadas com desflorestamento acima do permitido pela legislação ambiental vigente.

Devido a problemas de ordem administrativa que adiante iremos expor, não foi possível realizar por completo o planejamento estabelecido para a execução da ação já multicitada. Porém, com dificuldade a meta estabelecida foi alcançada conforme a seguir será exposto.

Atividade: Vistoria para emissão de anuência a atividade de Manejo Florestal em projetos de assentamento.		
Projeto de Assentamento	Famílias Atendidas	
Nova Canaã	06	06
Nova Colina	07	07
Cedro	08	08
Munguba	02	02
Perimetral	20	20
Serra do Navio	01	01
Pancada do Camaipi	02	02
Total de famílias atendidas	46	46

Atividade: Processamento de imagem para detecção de desmatamento.	
Assentamento	
Bom Jesus	124
Carnot	141
Cedro	123
Corre Água	67
Cruzeiro	27
Cujubim	75
Ferreirinha	36
Governador Janary	25
Igarapé Grande	09
Itaubal	70
Lourenço	36
Manoel Jacinto	18
Matão do Piaçacá	46

Munguba	67
Nova Canaã	54
Nova Colina	30
Nova Vida	64
Pancada do Camaipi	19
Pedra Branca	97
Perimetral	131
Piquiá do Amapá	35
Piquiazal	37
São Benedito do Aporema	27
Vila Velha do Cassiporé	16
Total	1438

Atividade: Análise de plano de manejo			
Assentamento	Nº de requerimentos	Deferidos	Em análise
Cedro	07	03	04
Munguba	13	09	04
Nova Canaã	13	12	01
Nova Colina	20	19	01
Perimetral	12	10	02
Serra do Navio	03	-	03

É importante salientar que a quantidade de vistorias realizadas no ano de 2012 (46 vistorias) para emissão da anuência à APAT está subestimada uma vez que não foram contabilizadas as vistorias cujo parecer final opinou pelo indeferimento do pleito. Vale registrar que se somar às vistorias realizadas deferidas com as vistorias realizadas indeferidas o número total seria bastante superior.

Em relação à Certificação de Taxa de desmatamento em parcelas informamos que após o cruzamento das imagens de desflorestamento disponibilizadas pelo INPE–Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais com o perímetro dos lotes demarcados foram identificadas 1428 (um mil quatrocentos e vinte oito) parcelas com desflorestamento acima do permitido pela legislação ambiental vigente. É importante chamar a atenção para o fato de não haver informação se os lotes que apresentam desmatamento dentro do permitido por lei tiveram licença do Órgão Ambiental competente, para fazê-lo.

Os principais entraves para o cumprimento da ação foi a indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros em tempo hábil e, sobretudo, número reduzido de servidores que exercem suas atividades na área de gestão ambiental.

É importante frisar, por exemplo, que na certificação das taxas de desflorestamento o trabalho de validação em campo que é imprescindível não foi realizado em decorrência dos gargalos anteriormente apresentados.

Quadro A.4.2.1.1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação	
Código	4320
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol
Iniciativa	01EU
Unidade Responsável	INCRA
Unidade Orçamentária	22201
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
259.128,15		236.317,92	232.268,73	0,00	0,00	232.268,73
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	865	0	366.099,00	232.268,73

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada	0	4.049,19			

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

No exercício de 2012, A UJ realizou o pregão eletrônico para aquisição de 15 itens de material permanente e material de consumo, com a finalidade de contemplar a fábrica de beneficiamento de poupa de fruta (Açaí) do Projeto de Assentamento Agroextrativista Anauerapucu, no município de Santana, sendo que desses 15 itens, 11 foram entregues e pagos durante o exercício 2012 e quatro itens não foram entregues e a despesa foi inscrita em restos a pagar para o exercício de 2013.

Além disso, foram recebidos e pagos uma prensa e um forno para o projeto de uma casa de farinha do Projeto de Assentamento Carnot, no município Calçoene.

Foram elaborados 3 laudos técnicos dando aval a realização dos projetos de: fábrica de processamento de pescado no Projeto de Assentamento Agroextrativista Durável Ilha do Brigue, localizado no arquipélago do Bailique, município de Macapá; fábrica de extração de óleo de Andiroba e pracaxi, também no Bailique e uma movelaria para aproveitamento de resíduos florestais no Projeto de Assentamento Cedro, no município de Tartarugalzinho.

Quadro A.4.2.1.1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
29.666,00	28.732,39	28.732,39	0,00	0,00	28.732,39	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de	Documento	0	455	29.666,00	28.732,39

	Titulação Expedido				
--	--------------------	--	--	--	--

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

No exercício de 2012, a UJ providenciou regularização da documentação necessária para emissão de documentos de titulação – Contrato de Concessão de Uso (CCU), Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e Títulos (CCDRU) de Domínio-TD - aos assentados nos projetos de assentamento Anauerapucu (329 CCU), Barreiro (4 CCURU), Bom Jesus (18 CCU), Cedro (5 CCU), Cruzeiro (11 CCU), Cujubim (4 CCU), Governador Janary (3 CCU), Ipixuna Miranda (2 CCURU), Irineu e Felipe (51 CCURU), Itaubal (5 CCU), Munguba (5 CCU), Nova Canaã (2 CCU), Nova Colina (3 CCU), Santo Antonio da Pedreira (12 CCU) e Vila Velha do Cassiporé (1 CCU), totalizando 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) instrumentos de titulação.

Foram realizadas ainda supervisões ocupacionais nos assentamentos Carnot, Irineu e Felipe, Matão do Piaçacá, Pancada do Camaipi e Piquiazal, com intuito de regularizar situações irregulares e retomar parcelas, os trabalhos ainda estão em andamento, com finalização dos trabalhos de escritório.

Quadro A.4.2.1.1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
47.076,00	43.832,65	43.832,65	0,00	0,00	43.832,65	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	3	2	46.456,00	43.832,65

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

A Superintendência Regional do Incra/AP (SR-21) tem sob sua jurisdição 33 projetos de assentamentos de famílias, sendo que destes, 21 estão devidamente licenciados, 05 (**Matão do Piaçacá, Munguba, Perimetral, Piquiazal, Serra do Navio**) com vigência até 2015 e 16 (**Bom Jesus, Carnot, Cedro, Corre Água, Cruzeiro, Ferreirinha, Igarapé Grande, Irineu e Felipe, Lourenço, Maracá, Nova Canaã, Nova Colina, Nova Vida, Pedra Branca, Piquiá do Amapá e Vila Velha do Cassiporé**) com validades até 2016; 02 (**Pancada do Camaipi e Santo Antônio da Pedreira**) estão com o pedido de renovação de LO protocolados no órgão ambiental, aguardando a emissão das licenças e 10 projetos de assentamento estão sem os estudos necessários para a requisição das licenças ambientais.

PA	Tipo de licença*	Data de Protocolo da Licença (NOVA)	Data de Protocolo da Renovação	Nº da Licença Emitida	Data da Emissão da Licença	Licença em Vigor	Data do Fim da Vigência
Bom Jesus	1	1/5/2008	29/11/2011	0132/2012	02/05/12	0132/2012	02/05/16
Carnot	1	16/6/2009	29/11/2011	458/2012	23/08/12	458/2012	23/08/16
Cedro	1	1/5/2008	29/11/2011	0130/2012	02/05/12	0130/2012	02/05/16
Corre Agua	1	16/6/2009	29/11/2011	467/2012	23/08/12	467/2012	23/08/16
Cruzeiro	1	16/6/2009	29/11/2011	0129/2012	02/05/12	0129/2012	02/05/16
Ferreirinha	1	29/11/2011		0131/2012	02/05/12	0131/2012	02/05/16
Ig. Grande	1	29/11/2011		0133/2012	02/05/01	0133/2012	02/05/16
Irineu e Felipe	1	16/6/2009	29/11/2011	460/2012	23/08/12	460/2012	23/08/16
Lourenço	1	29/11/11		459/2012	23/08/12	459/2012	23/08/16
Maracá	1	16/6/2009	21/10/2010	281/2011	21/11/2011	281/2011	21/11/2016
M. Piaçacá	1	16/6/2009	21/10/2010	283/2011	22/11/2011	283/2011	22/11/2015
Munguba	1	16/6/2009	21/10/2010	284/2011	22/11/2011	284/2011	22/11/2015
N. Canaã	1	16/6/2009	29/11/2011	461/2012	23/08/12	461/2012	23/08/16
N. Vida	1	16/6/2009	29/11/2011	0128/2012	02/05/12	0128/2012	02/05/16
N. Colina	1	29/11/2011		0127/2012	02/05/12	0127/2012	02/05/16
P. Camaipi	1	16/6/2009	28/06/12	-	-	-	-
P. Branca	1	16/6/2009	29/11/2011	463/2012	23/08/12	463/2012	23/08/16
P. Amapá	1	16/6/2009	29/11/2011	462/2012	23/08/12	462/2012	23/08/16
Perimetral	1	1/5/2008	29/11/2011	0166/2011	29/11/2011	166/2011	29/11/2015
Piquiazal	1	16/6/2009	21/10/2010	282/2011	22/11/2011	282/2011	22/11/2015
Sto. Antonio	1	16/6/2009	28/06/12	-	-	-	-
S. Navio	1	1/5/2008	28/6/2009	165/2011	22/11/2011	165/2011	22/11/2015
V. Velha	1	29/11/2011		0134/2012	02/05/2012	0134/2012	02/05/16

* 1-LO, 2-LP, 3- Outros Tipos de Licença (especificar).

Fonte: Div. Obtenção de Terras/SR-21/AP

No exercício de 2012, a meta determinada para a SR-21 foi a realização de 03 protocolos de LO's, no entanto, foi efetivado a requisição de somente 02 licenças ambientais, em virtude da necessidade de elaboração de estudos ambientais, parte fundamental integrante do processo de licenciamento.

A Superintendência Regional do Amapá continua empenhada nos procedimentos para a regularização ambiental dos projetos de assentamento no do estado, e que o licenciamento desses projetos depende dos estudos (PDA e PRA) elaborados por entidade competente, contratadas com recursos da ação de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária-ATER, vinculada ao Programa de Agricultura Familiar.

As maiores dificuldades vivenciadas para o cumprimento das metas estabelecidas para a SR-21 referem-se à elaboração dos estudos ambientais (PDA e PRA), em virtude principalmente de redução orçamentária e também da capacidade operacional de instituições parceiras, responsáveis pela elaboração de estudos para o licenciamento.

Quadro A.4.2.1.1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474

Identificação da Ação						
Código	4474					
Descrição	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural Escolarizado	Trabalhador	0	0	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural Escolarizado	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Não houve meta para ser alcançada nesta ação no exercício. Contudo, há dois projetos da Secretaria de Estado da Educação (SEED) aprovados pela Comissão Pedagógica Nacional, um de EJA/anos iniciais e outros para EJA/anos finais. Apesar da aprovação dos projetos, a parceria não pode ser posta em execução em razão do Acórdão n°. 2653/2008-TCU-Plenário, o qual suspendeu nacionalmente a execução do PRONERA através de convênios. Apenas em 2010 com o Acórdão n°. 3269/2010-TCU-Plenário, a execução de novos convênios tornou-se possível. A partir de então, a equipe regional do PRONERA e a equipe do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da SEED passaram a reunir-se constantemente no intuito de: (i) reavaliar as demandas; (ii) definir os ajustes, considerando as alterações na legislação de convênios; (iii) atualizar os planos de trabalho e de aplicação. Na penúltima semana de novembro de 2012, a SEED lançou no SICONV a proposta de convênio 047154/2012, que previa a escolarização em anos iniciais do ensino fundamental de 600

assentados. Contudo, a proposta apresentava-se com o plano de trabalho incompleto e sem comprovação da contrapartida, o que impossibilitou a análise da proposta. Considerando as diversas reuniões realizadas entre INCRA e SEED, é de nosso conhecimento que a SEED possui um plano de trabalho completo, mas que necessita ser transcrito no portal do SICONV para os devidos tramites exigidos pela legislação de convênios.

Quadro A.4.2.1.1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952

Identificação da Ação						
Código		6952				
Descrição		Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social				
Iniciativa		01F1				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	0	0	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Não houve meta para ser alcançada nesta ação no exercício. Apenas com a publicação da Lei nº. 12.695, de 25 de julho de 2012, é que o Poder Executivo ficou autorizado a conceder bolsas aos professores das redes públicas de educação e a estudantes beneficiários do PRONERA. A referida lei retirou a suspensão no pagamento de bolsas estabelecidos a partir de parecer do Ministério da Educação em 2007.

Quadro A.4.2.1.1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação					
Código	8370				
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária				
Iniciativa	01F1				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

	22.468,60	14.503,46	14.503,46	0,00	0,00	14.503,46
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	0	0	22.469,00	14.503,46

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Não houve meta para ser alcançada nesta ação no exercício. Contudo, há um projeto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) aprovado pela Comissão Pedagógica Nacional, um projeto de ensino superior em Pedagogia da Terra. Apesar da aprovação do projeto, a parceria não pode ser posta em execução em razão do indeferimento da PFE/Sede quanto a contratação de uma fundação no pretendido termo de cooperação. Durante o ano de 2012 foram realizadas várias reuniões no intuito de solicitar a UNIFAP uma reapresentação do projeto. Contudo, não foi encaminhado ao INCRA uma proposta de cooperação técnica que previsse uma execução direta pela IFEs do projeto.

4.1.1. Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.2.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.774.563,23	2.759.781,87	26.637,61	0,00	0,00	26.637,61	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	2689	2815	2.774.563,00	26.637,61

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Apesar dos percalços que motivaram o atraso na contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Superintendência Regional do Amapá celebrou no mês de novembro de 2012 contrato com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural em projetos de assentamento sob jurisdição do Incra, bem como a elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento-PDA e Planos de Recuperação do Assentamento-PRA.

Nº CONTRAT O	SIPRA	PA	JURISDIÇÃO DA SR OU TERRITÓRIO DA CIDADANIA	FAMÍLIAS ATENDIDAS CONVÊNIO/CO NTRATO	Nº DE TÉCNICOS CONTRATADOS/IN STRUMENTO FIRMADO
6000/2012	AP0009000	BOM JESUS	TC-LAGOS	250	3
6000/2012	AP0012000	CEDRO	TC-LAGOS	300	4
6000/2012	AP0026000	CUJUBIM**	TC-LAGOS	120	1
6000/2012	AP0024000	GOVERNADOR JANARY**	TC-LAGOS	100	1
6000/2012	AP0021000	NOVA VIDA	TC-LAGOS	120	1
6000/2012	AP0015000	S. BENEDITO DO APOREMA**	TC-LAGOS	50	1
7000/2012	AP0019000	ANAUERAPUCU**	SR	360	4
7000/2012	AP0009000	BARREIRO*	TC-SUL	65	1
7000/2012	AP0046000	FOZ DO MAZAGÃO VELHO*	TC-SUL	200	2
7000/2012	AP0025000	PANCADA DO CAMAÍPI	TC-SUL	200	2
7000/2012	AP0003000	PIQUIAZAL	TC-SUL	100	2
8000/2012	AP0029000	CORRE ÁGUA	SR	60	1
8000/2012	AP0044000	IPIXUNA MIRANDA*	SR	50	1
8000/2012	AP0020000	ITAUBAL**	SR	100	1
8000/2012	AP0039000	STO ANTONIO DA PEDREIRA	SR	50	1
9000/2012	AP0038000	FERREIRINHA	TC-CENTRO OESTE	80	1
9000/2012	AP0018000	MANOEL JACINTO**	TC-CENTRO OESTE	130	1
9000/2012	AP0013000	MUNGUBA	TC-CENTRO OESTE	180	2
9000/2012	AP0023000	NOVA CANAÃ	TC-CENTRO OESTE	150	2
9000/2012	AP0014000	NOVA COLINA	TC-CENTRO OESTE	150	2
TOTAL				2815	34

*Serviço de Ater e PDA

**Serviço de Ater e PRA

Fonte: DIV. Desenvolvimento/ATER

Após cumpridos os objetivos propostos nos instrumentos firmados, espera-se que os impactos dos resultados alcançados a médio e longo prazo proporcionem mudanças nas comunidades beneficiadas com os serviços, conforme abaixo enunciadas

Os impactos esperados são:

- a) Ordenamento ambiental das UPF's.
- b) Introdução de sistemas de produção sustentável;
- c) Diversificação da produção;
- d) Inserção dos agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que são programas do Governo Federal que trabalham a compra direta dos produtos da agricultura familiar;
- e) Gestão das unidades de produção familiar com enfoque no controle contábil das atividades; planejamento da propriedade e; adequação ambiental;
- f) Projetos de PRONAF A para atividades agropecuárias e não-agropecuárias elaborados e contratados;
- g) Introdução de sistemas e integração lavoura-pecuária nas unidades de produção familiar;
- h) Implantação de Sistemas Agroflorestais nas áreas desmatadas;
- i) Técnicas para a preservação de rios, igarapés e nascentes adotadas;
- j) Planejamento participativo da unidade de produção familiar adotado;
- k) Práticas agroecológicas nas unidades de produção familiar adotadas;
- l) Organizações sociais fortalecidas;
- m) Segurança alimentar e nutricional fomentada no município;
- n) Relações de trabalho diferenciadas adotadas;
- o) Questões de gênero minimizadas;
- p) Sistemas agrosilvipastoris introduzidos;
- q) Pastejo rotacionado implantado;
- r) Áreas degradadas recompostas;
- s) Passivo ambiental restaurado;
- t) Fontes hídricas recuperadas e preservadas.

Os principais problemas enfrentados nesta Superintendência que influenciaram diretamente para o atraso da implantação da ação de Assistência Técnica e Extensão Rural, foram os seguintes:

- a) Disponibilização dos recursos: Ainda que a equipe de ATER/INCRA tenha providenciado a elaboração do projeto básico e edital de chamada pública no 1º trimestre do exercício de 2012 e encaminhado ao Gabinete o processo Nº 54350.000215/2012-21 em 27/03/12 para aprovação do projeto básico e posterior publicação do edital, os recursos não foram confirmados, ou seja, os tetos orçamentários dos programas/ações não estavam definidos, o que ocorreu somente no mês de agosto, quando se deu prosseguimento à tramitação processual, vindo a ocorrer a publicação do edital da chamada pública em 24/09/2012. Assim, cumpridos os prazos para apresentação e análise de propostas, os contratos de prestação de serviços de assistência técnica e elaboração de PDAs e PRAs foram celebrados somente em 09/11/12 e publicados em 20/11/12.
- b) A paralização dos serviços: a greve deflagrada pelos servidores do Incra em nível nacional afetou diretamente a contratação dos serviços, tendo em vista a demora na tomada de decisão pelos setores competentes do Incra/Sede quanto à distribuição dos tetos orçamentários e descentralização dos recursos.

Houve superação da meta estabelecida, o número de famílias inicialmente previsto foi de 2.689. No entanto, a contratação superou a meta programada, pois, contemplará 2.815 famílias. Os eventos significativos que provocaram a mudança da situação foram a criação de 02 projetos agroextrativistas, ocasionando a inclusão de novas famílias e também a necessidade de realização

de levantamentos e estudos sócio-ambientais (PDA/PRA) para a identificação de projetos e ações viáveis que possibilitem a obtenção do licenciamento ambiental de projetos de assentamento com pendências junto ao órgão ambiental.

Após a publicação dos contratos, a entidade contratada, RURAP, vencedora do certame, ingressou nesta Superintendência com Ofício DIPRE/RURAP Nº 1058/2012, de 19/12/12, através do qual apresentou vários motivos para adiamento dos serviços, entre os quais férias do quadro de servidores, recesso de final de ano e ainda a demora na publicação dos contratos, justificando a proposta de nova data para início das atividades, passando a vigorar a partir de 14/01/13, ao que a Superintendência do INCRA após análise técnica da Divisão/ATER com base no na cláusula sétima inciso III e IV do contrato, acatou a proposta e concedeu autorização.

Desta forma, a Divisão de Desenvolvimento/ATER solicitou a inscrição em **restos a pagar** dos recursos financeiros empenhados no exercício de 2012, e com isso, garantir o pagamento das faturas decorrentes da prestação dos serviços de assistência técnica e elaboração de PDA e PRA no início deste exercício.

Quadro A.4.2..2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448

Identificação da Ação						
Código	4448					
Descrição	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Agente Formado	Agente				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Agente Formado					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Ação não implementada pela SR, no exercício.

4.1.2. Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.2.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859

Identificação da Ação						
Código		0859				
Descrição		Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos				
Iniciativa		047A				
Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

Ação não implementada pela SR no exercício.

Quadro A.4.2.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
29.086,00	23.604,81	23.604,81	0,00	0,00	23.604,81	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	58	0	23.086,00	23.604,81

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica

A equipe gestora do Serviço de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas da SR-21/INCRA, não participou da indicação da meta proposta no Plano de Compromisso, a que foi indicada ao Planejamento não foi considerada pelo INCRA-Sede. Portanto, a meta proposta não foi baseada na realidade operacional e técnica da SR-21.

A meta não foi executada em sua totalidade, pois, estava previsto o reconhecimento de 58 ha de área remanescente de quilombo. Entretanto, foi demarcada a área relativa ao território da Comunidade Quilombola de São Raimundo do Pirativa localizada no Município de Santana.

Além da área demarcada, os serviços pertinentes à ação de Reconhecimento, delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas, seguem fases de atuação, e para se alcançar um reconhecimento, desintrusão e titulação é imprescindível a elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação), que dura em média 12 meses. É na fase de confecção do RTID que se utiliza a maior quantidade dos recursos. Além disso, a equipe é demandada a se deslocar para as comunidades a fim de participar de reuniões que antecedem a abertura dos processos, o que auxilia os quilombolas na suas decisões, com relação à regularização de suas terras.

Existem 21 processos abertos na UJ, desses, 07 foram objetos de atuação em 2012 pela equipe técnica da Superintendência, sendo assim, os recursos foram utilizados com deslocamento da equipe técnica para levantamento e coleta de dados visando a elaboração do RTID destas comunidades.

As comunidades que contaram com a presença dos técnicos, tanto para a elaboração do RTID, quanto para participar de reuniões para tratar de assuntos concernentes a regularização fundiária, foram as comunidades remanescentes de quilombo: São Raimundo do Pirativa, Engenho do Matapi, Cinco Chagas do Matapi, Cunani, Rosa e São José do Mata Fome.

Os maiores problemas enfrentados para a execução da ação de Reconhecimento, Delimitação, Demarcação, Desintrusão e Titulação foram:

- a) a escassez de técnicos voltados exclusivamente para os serviços demandados, principalmente o profissional engenheiro agrônomo. Essa situação é um entrave, pois há uma dependência do servidor que já possui atribuições de outras ações e de outras divisões.
- b) A demora na liberação dos recursos para a ação proveniente do orçamento público.

Vale salientar que só foi possível o andamento dos processos de regularização de territórios quilombolas, por conta de parceria firmada com o Governo do Estado, através da Agência de Desenvolvimento do Amapá, que entregou à SR-21/INCRA, 06 Relatórios antropológicos, peça fundamental e que compõe o RTID de cada comunidade.

A SR-21/Incra, aceitou a parceria por entender que por 07 anos não contava com antropólogo, sempre buscava a contribuição de outras Superintendências, e sem o trabalho desse técnico, não seria possível a elaboração do RTID e tampouco, o reconhecimento e titulação das terras das comunidades quilombolas do Amapá.

Através do último concurso do Incra, foi nomeado 01 Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário/Antropólogo para a SR-21/Incra, havendo ainda outros técnicos a serem convocados.

4.1.3. Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.2.4.1. – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2120				
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.773.231,32	1.737.654,65	1.622.835,25	0,00	0,00	1.622.835,25

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

4.1.3.1. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.2.4.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.411.264,14	1.397.294,02	1.285.524,62	0,00	0,00	1.285.524,62	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			0	0	1.299.072,00	1.285.524,62

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Análise Crítica

O Regimento Interno da Autarquia atribui a Divisão de Administração da Superintendência Regional do Amapá a coordenação e supervisão da execução das atividades de desenvolvimento humano, contabilidade, administração e serviços gerais e de orçamento e finanças.

A Divisão de Administração apresentou no exercício de 2012, a instrução de processos licitatórios, para as atividades de apoio as unidades administrativas. Porém, esses procedimento tiveram dificuldade na finalização, ou seja, a Superintendência regional do Incra no Amapá, tem apenas um Pregoeiro com habilitação, treinamento e suporte para realizar todos os procedimentos correlatos ao

ato administrativo. Além disso, os técnicos do Núcleo de Contratos e Convênios, tem dificuldade para proceder a análise das planilhas de custos e elaborar os Termos de Referência.

Essa situação levou a Ordenadora de Despesas a adotar algumas providências visando a melhoria, eficiência e eficácia de todos os procedimentos administrativos e licitatórios da UJ, tais como:

- a) Designar novos servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação e também a indicação de novos servidores para compor o quadro de Pregoeiros;
- b) Capacitar esses servidores, já em 2013, em cursos de: Formação e Habilitação de Pregoeiros, Licitações e Contratos, Pregão Eletrônico, SRP, Elaboração, Análise de Planilhas de Custos e Elaboração de Termos de Referência, entre outros.

Destaca-se ainda, a preocupação da administração local em solucionar as dificuldades apresentadas seguir:

- c) A sede da Autarquia, destina poucos recursos para custeio e, principalmente, investimento, no programa Administração da Unidade, esses recursos são necessários tanto para a aquisição de mobiliário e outros materiais e equipamento como para a manutenção de serviços essenciais execução das atividades da UJ;
- d) A carência de servidores na UJ, até 31/12/2012, eram 90 servidores, sendo 89 efetivos e 1 servidor sem vínculo. No exercício de 2012, ocorreram 5 (cinco) aposentadorias e mais 30 (trinta) servidores adquiriram o direito à aposentadoria voluntária, podendo dar entrada no pedido a qualquer momento. Além disso, outro fato que deve ser considerado é que alguns servidores com tempo para aposentar estão entrando com pedido de licença prêmio, a fim de usufruir de seus direitos antes da aposentadoria;
- e) O espaço físico onde funciona a sede da UJ, impede o redimensionamento das Divisões para adequar às necessidades de trabalho. Para, solucionar esse problema visualiza-se a construção de uma nova sede, haja vista, que o prédio onde a mesma funciona foi sofrendo adaptações ao longo do tempo conforme as necessidades, e hoje se encontra sem condições de atender as demandas existentes, principalmente quanto a disponibilidade de salas para comissões a serem instaladas para PAD's, Sindicâncias etc. E atualmente, as instalações do Incra comportam: a sede da Superintendência Regional do Incra no Amapá, o escritório local da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SRFA e o escritório local do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, todos com problemas de espaço para acolher os servidores. Além disso, no local funciona ainda o escritório da Fassincra.

Como se pode observar no quadro apresentado acima, a Superintendência Regional do Amapá não figurou na LOA-Lei Orçamentária Anual para Construção da SEDE/Órgão, pois todos os recursos recebidos são de origem interna, descentralizados pela sede do Incra.

Os créditos recebidos são oriundos da programação operacional definidos pela Diretoria Colegiada da Autarquia e detalhada no âmbito das Superintendências Regionais pelo Superintendente Regional, Chefes de Divisão e respectivos assistentes, que elegem as prioridades e discutem o planejamento interno de cada ação a ser desenvolvida pela UJ no decorrer do exercício.

No que se refere às despesas correntes, os recursos descentralizados foram aproveitados de acordo com as ações apresentadas no referido quadro, e aplicados conforme as condições estruturais e conjunturais da Autarquia, uma vez que houve ações com resultados integralmente cumpridos e, até mesmo, ações que ultrapassaram as metas físicas e os limites orçamentários inicialmente programados, e também, aquela que devido às limitações enfrentadas, tanto de ordem operacional, decorrentes do reduzido quadro de servidores, quanto aos cortes orçamentários originados do contingenciamento dos recursos efetuado pelo Poder Central durante o exercício.

Entende-se também, que a Autarquia deveria tentar garantir junto ao poder central melhores salários para os servidores da reforma agrária.

Quadro A.4.2.4.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
36.984,94	36.386,59	33.336,59		3.050,00	33.336,59	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitação de servidores	Servidor capacitado	14	71	19.368,00	33.336,59

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica:

Conforme Plano de Compromisso da Autarquia ajustado pelo Decreto nº 7.680/2012, a Superintendência Regional do Incra no Amapá, deveria capacitar no ano de 2012 14 servidores públicos. A UJ cumpriu integralmente a determinação e, conseguiu supera-la em 500%. Foi efetuada a capacitação de 71 servidores, atingindo uma carga horária total de 1.758.

A maioria das capacitações foi selecionada conforme a necessidade de melhor preparar os servidores na execução de suas atividades e reforçadas pela demanda advinda das chefias das divisões. Além disso, ocorreram ofertas de eventos de capacitação que não estavam no planejamento da Superintendência.

Houve ainda, vagas oferecidas e não aproveitadas pelos servidores foram 07 no total.

As capacitações foram oferecidas por escolas do governo, tanto federal como estadual e por entidades privadas.

Foram realizados 28 eventos de capacitação, sendo 07 sem ônus, através de parcerias, e 21 com ônus, envolvendo o pagamento de diárias, passagens e inscrições.

O problemas enfrentados para execução desta ação dizem respeito ao que segue:

a) Demora na liberação dos recursos, questão relativa a distribuição do orçamento, e greve deflagrada pelos servidores da Autarquia, esses fatos ocasionaram o atraso na descentralização dos recursos e consequentemente o atraso da execução da meta. Assim sendo, somente no segundo semestre é que se teve a sinalização para as solicitações de capacitação. As capacitações que realizadas no primeiro semestre, foram pontuais e planejadas pelo Incra-Sede. Foi no último

trimestre que se acentuaram as autorizações pela Sede, mesmo assim, ainda não houve solicitação de autorização que não foi autorizada. Além disso, ainda persiste a liberação dos recursos para capacitação no período que coincide com o período em que se intensificam os trabalhos de campo para execução de outras metas da UJ.

b) Falta de comprometimento por parte de alguns servidores selecionados para participar de eventos de capacitação, os mesmos, para não participar da capacitação, geralmente alegam o excesso de serviço. Também não há por parte da chefia imediata determinação para que o servidor (a) se ausente, por alguns dias. Isso geralmente acontece, quando a capacitação é na capital.

c) Os servidores e servidoras ainda não incorporaram a necessidade e a eficácia do ensino à distância.

A meta foi superada em virtude das parcerias que foram realizadas, internamente, através dos instrutores do próprio Incra, da Escola de Governo do Estado, dos órgãos de controle externo e da Universidade Federal do Amapá. Ainda com pouca participação no ensino à distância.

No exercício foi autorizada a participação de 1 (um) servidor no Curso de Pós-graduação Latu Sensu, à distância, com ônus para o Incra, sendo empenhado recurso no valor de R\$ 3.812,50, para 5 (cinco) meses de 2012, o recurso não foi utilizado, ficando como restos a pagar, por conta do adiamento do curso, com previsão para iniciar em março de 2013.

Quadro A.4.2.4.4 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
324.982,24	303.974,04	303.974,04		0,00	303.974,04	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01			0	0	0,00	303.974,04

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Análise Crítica:

A esta ação foram vinculadas as despesas que não possuem dotação própria, como encontros nacionais de servidores, reuniões de superintendentes, dentre outras de interesse da Autarquia.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Não se aplica a natureza jurídica da UJ	-	-

4.2.2. Programação de Despesas**4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes**

Valores em R\$

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							

	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.2.3. Programação de Despesas

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Recebidos		373001	49.201.21.422.2029.8402	Não ocorreu	Não ocorreu	72.085,12
			373001	49.201.21.121.2120.2103	Não ocorreu	Não ocorreu	324.982,24
			373001	49.201.21.122.2120.2000	Não ocorreu	Não ocorreu	1.411.264,14
			373001	49.201.21.125.2066.2105	Não ocorreu	Não ocorreu	20.000,00
			373001	49.201.21.127.2034.20T1	Não ocorreu	Não ocorreu	29.086,00
			373001	49.201.21.128.2120.4572	Não ocorreu	Não ocorreu	36.984,94
			373001	49.201.21.363.2066.8370	Não ocorreu	Não ocorreu	22.468,60
			373001	49.201.21.606.2012.4470	Não ocorreu	Não ocorreu	2.774.563,23
			373001	49.201.21.631.2066.2B06	Não ocorreu	Não ocorreu	62.110,00
			373001	49.201.21.631.2066.20S7	Não ocorreu	Não ocorreu	240.676,50
			373001	49.201.21.631.2066.4358	Não ocorreu	Não ocorreu	29.666,00
			373001	49.201.21.631.2066.8374	Não ocorreu	Não ocorreu	47.076,00
			373001	49.201.21.631.2066.8384	Não ocorreu	Não ocorreu	44.038,75
			373001	49.201.21.631.2066.8387	Não ocorreu	Não ocorreu	41.593,00
			373001	49.201.21.631.2066.8396	Não ocorreu	Não ocorreu	63.504,95
			373001	49.201.21.631.2066.8398	Não ocorreu	Não ocorreu	29.889,50
			373001	49.201.21.691.2066.4320	Não ocorreu	Não ocorreu	93.989,00
Movimentação Externa	Concedidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Recebidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

Movimentação Interna	Concedidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Recebidos		373001	49.201.21.631.2066.8396	3.753.443,16	Não ocorreu	Não ocorreu
			373001	49.201.21.691.2066.4320	165.139,15	Não ocorreu	Não ocorreu
			373001	49.201.21.631.2066.0427	Não ocorreu	23.699.455,00	Não ocorreu
Movimentação Externa	Concedidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Recebidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Como se pode observar no quadro apresentado acima, a Superintendência Regional do Amapá não figura na LOA-Lei Orçamentária Anual, pois todos os recursos recebidos são de origem interna, descentralizados pela sede do Incra.

Os créditos recebidos são oriundos da programação operacional definidos pela Diretoria Colegiada da Autarquia e detalhada no âmbito das Superintendências Regionais pelo Superintendente Regional, Chefes de Divisão e respectivos assistentes, que elegem as prioridades e discutem o planejamento interno de cada ação a ser desenvolvida no decorrer do exercício.

No que se refere às despesas correntes, os recursos descentralizados foram aproveitados de acordo com as ações apresentadas no referido quadro, e aplicados conforme as condições estruturais e conjunturais da Autarquia, uma vez que houve ações com resultados integralmente cumpridos e, até mesmo, ações que ultrapassaram as metas físicas e os limites orçamentários inicialmente programados, e também, aquelas que devido as limitações enfrentadas, tanto de ordem operacional, decorrentes do reduzido quadro de servidores, quanto aos cortes orçamentários originados do contingenciamento dos recursos efetuado pelo Poder Central durante o exercício, não foram integralmente cumpridas.

Quanto às despesas de capital, as mesmas foram realizadas obedecendo ao cronograma elaborado pela SR, envolvendo a aquisição de bens móveis, o pagamento de obras de implantação e recuperação de infraestrutura básica nos assentamentos rurais e construção de agroindústria, contratadas em exercícios anteriores e inscritas em restos a pagar-RAP, iniciativa que resultou na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da reforma agrária.

É necessário enfatizar que o montante de recurso utilizado na modalidade inversão financeira, que foi da ordem de R\$ 23.699.455,00 (vinte e três milhões e seiscentos e noventa e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais), se refere apenas a provisão recebida, mas o montante liquidado foi de apenas R\$ 3.991.600, (três milhões novecentos e noventa e um mil e seiscentos reais).

Em relação ao exercício anterior o exercício de 2012 teve um incremento de R\$ 10.748.244,00 (dez milhões setecentos e quarenta e oito mil duzentos e quarenta e quatro reais), porém, este acréscimo se deve unicamente aos valores provisionados para concessão de crédito instalação, pois, no que se refere aos valores destinados para outras despesas correntes e investimentos, o montante sofreu um decréscimo equivalente a R\$ 1.931.174,41 (um milhão novecentos e trinta e um mil cento e setenta e quatro reais e quarenta e um centavos) e R\$ 6.011.981,44 (seis milhões onze mil novecentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos), respectivamente.

Finalizando, se verifica que as movimentações dos créditos orçamentários descentralizados para a Regional atenderam de forma satisfatória as programações estabelecidas pela Superintendência Regional do Amapá no exercício de 2012.

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

Fonte: SIAFI

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4.2.4.1.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
2. Juros e Encargos da Dívida	Não aplicável a natureza jurídica da UJ							
3. Outras Despesas Correntes								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
5. Inversões Financeiras								
66-Concessão de empréstimo finan.								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.719.406,76	1.849.698,73	1.719.406,76	1.849.698,73
a) Convite	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
b) Tomada de Preços	89.629,83	72.835,67	89.629,83	72.835,67
c) Concorrência	Não ocorreu no período	434.369,03	Não ocorreu no período	434.369,03
d) Pregão	1.629.776,93	1.342.494,03	1.629.776,93	1.342.494,03
e) Concurso	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
f) Consulta	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
2. Contratações Diretas (g+h)	135.302,93	166.070,99	135.302,93	166.070,99
g) Dispensa	93.858,51	141.565,34	93.858,51	141.565,34
h) Inexigibilidade	41.444,42	24.505,65	41.444,42	24.505,65
3. Regime de Execução Especial	1.200,00	1.530,00	1.200,00	1.530,00
i) Suprimento de Fundos	1.200,00	1.530,00	1.200,00	1.530,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	541.006,50	328.806,76	539.560,52	328.806,76
j) Pagamento em Folha	Não se aplica a natureza jurídica da UJ	Não se aplica a natureza jurídica da UJ	Não se aplica a natureza jurídica da UJ	Não se aplica a natureza jurídica da UJ
k) Diárias	541.006,50	328.806,76	539.560,52	328.806,76
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	2.396.916,19	2.346.106,48	2.395.470,21	2.346.106,48

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
08-Outros benefícios assistenciais	Não ocorreu no período	3.571,55	Não ocorreu no período	3.571,55	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	3.571,55
13-Obrigações patronais	Não ocorreu no período	6.082,01	Não ocorreu no período	6.082,01	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	6.082,01
2. Juros e Encargos da Dívida	Não aplicável a natureza jurídica da UJ							
3. Outras Despesas Correntes								
14-Diárias-Civil	541.006,50	328.806,76	541.006,50	328.806,76	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	539.560,52	328.806,76
30-Material de consumo	222.316,86	135.053,80	220.517,67	132.150,80	1.799,19	2.903,00	220.517,67	132.150,80
33-Passagens e despesas com locomoção	70.333,76	35.276,94	70.333,76	35.276,94	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	70.333,76	35.276,94
36-Outros serviços de terceiros-PF	1.628,40	3.919,50	1.628,40	3.919,50	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	1.628,40	3.919,50
37-Locação de mão-de-obra	786.471,17	796.378,40	786.471,17	796.378,40	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	786.471,17	796.378,40
39-Outros serviços de terceiros-PJ	3.445.762,15	614.830,24	597.798,49	541.450,05	Não ocorreu no período	73.380,19	597.798,49	541.450,05
47-Obrig. Trib. E Contrib.-Op. Intra-orç.	103.021,45	30.648,83	103.021,45	30.648,83	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	103.021,45	30.648,83
92-Despesas de exercícios anteriores	4.360,63	Não ocorreu no período	4.360,63	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	4.360,63	Não ocorreu no período
93-Indenizações e restituições	Não ocorreu no	21.340,92	Não ocorreu no	21.340,92	Não ocorreu no	Não ocorreu no	Não ocorreu no	21.340,92

	<i>período</i>		<i>período</i>		<i>período</i>	<i>período</i>	<i>período</i>	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
51-Obras e instalações-Op.int.orç.	3.450.885,64	2.366.873,80	89.629,83	507.204,70	3.361.255,81	1.859.669,10	89.629,83	507.204,70
52-Equip. E mat. Permanentes-Op.int.orç.	75.509,32	76.849,61	73.259,32	Não ocorreu no período	2.250,00	76.849,61	73.259,32	Não ocorreu no período
5. Inversões Financeiras								
66-Concessão de empréstimo finan.	21.181.000,00	28.142.000,00	3.991.600,00	14.804.000,00	17.189.400,00	13.338.000,00	3.991.600,00	14.579.000,00
6. Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.3. Análise Crítica

No exercício de 2012, após os cortes orçamentários executados pelo poder central que afetou todos os ministérios, e conforme as novas distribuições orçamentárias efetuadas pela sede, foi definido para SR(21)AP, o montante de R\$ 44.525.420,00 (quarenta e quatro milhões quinhentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e vinte reais), sendo R\$ 4.025.553,00 (quatro milhões vinte e cinco mil e quinhentos e cinquenta e três reais) relativo a despesa de capital no grupo de despesa **investimento** e, R\$ 35.694.978,00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e novecentos e stenta e oito reais) relativo ao grupo de despesa **inversão financeira**, o restante do recurso refere-se ao custeio de despesas correntes.

Ao final do exercício a UJ recebeu o montante de R\$ 32.564.947,32 (trinta e dois milhões quinhentos e sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), sendo R\$ 3.918.582,31 (três milhões novecentos e dezoito mil quinhentos e oitenta e dois reais e trinta e um centavos) para investimento e R\$ 23.699.455,00 (vinte e três milhões, seiscentos e noventa e nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais) de inversão financeira, e o restante do recurso foi para cobrir despesas correntes.

Destaca-se ainda que a descentralização orçamentária, não foi acompanhada da descentralização financeira, situação que ocasionou problemas para a administração da UJ, como adiamento de pagamentos e liberação dos recursos de crédito às famílias assentadas entre outras, e resultou na inscrição de várias despesas em restos a pagar não processados, cujo montante totalizou em R\$ 2.685.787,25 (dois milhões seiscentos e oitenta e cinco mil setecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos). Cumpre ressaltar que o montante inscrito em restos a pagar no exercício de 2012 foi inferior o montante relativo ao exercício de 2011.

O grande problema relativo à inscrição de despesas em restos a pagar no Incra é que geralmente essas despesas dizem respeito a ações que necessitam de acompanhamento periódico, tais como, demarcação topográfica, implantação e recuperação de estradas vicinais e liberação de crédito instalação. Assim, quando não se consegue finalizar a ação dentro do exercício previsto, finda-se por onerar demasiadamente os recursos do exercício seguinte, ocasionando atrasos e insatisfações nos beneficiários.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1. Reconhecimento de Passivos

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

5.1.2. Análise Crítica

Não ocorreu no período.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	225.000,00	0,00	225.000,00	0,00
2010	44.035,37	44.035,37	0,00	0,00
2009	331.305,59	11.294,52	320.011,07	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	15.350.801,90	800.057,14	11.864.957,51	2.685.787,25
2010	12.042.980,53	1.315.341,34	10.727.639,19	0,00
2009	8.597.963,26	1.589.745,14	7.008.218,12	0,00

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Os empenhos reinscritos em Restos a Pagar do exercício de 2010 e inscritos em Restos a Pagar em 2011, foram solicitados a prorrogação do prazo de vigência, amparado pela legislação em vigor que prorroga os Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício financeiro de 2010, cujo objeto abrange atividades finalistas.

A inscrição de despesas em restos a pagar no INCRA/AP, é condicionada a ações que necessitam de acompanhamento periódico e são originários de contratos de infra-estrutura e concessão de créditos instalação aos assentados.

Consideramos ainda, que a contratação de obras de infra-estrutura nos assentamentos rurais é um dos principais volumes de recursos registrados, procedimentos licitatórios - em concorrência pública, cuja modalidade exige prazos extensos, onde se observa o registro de recursos administrativos, situação esta que termina em atraso nas conclusões desses procedimentos para contratações das empresas, resultando na inscrição de empenhos em Restos a Pagar.

Existem ainda situações em que, as ações não se finalizam dentro do previsto, causando impacto na gestão financeira no exercício em referencia, bem como nos recursos da gestão e administração do programa- GAP no exercício seguinte.

Estas são as circunstâncias que contribuem para a permanência de empenhos inscritos em Restos a Pagar.

5.3. Transferências de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do INCRA Amapá					
CNPJ:	00.375.972/0090-36					
UG/GESTÃO:	373039/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0	0	1.415.300,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

5.3.3. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA Amapá					
CNPJ: 00.375.972/0090-36			UG/GESTÃO: 373039/37201		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

5.3.4. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente

Nome: Superintendência Regional do INCRA Amapá					
CNPJ: 00.375.972/0090-36		UG/GESTÃO: 373039/37201			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	700.000,00	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	2.465.300,00	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	3.106.179,00	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Fonte: SIAFI					

5.3.5. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos Valores em R\$ de Repasse. 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA Amapá					
CNPJ: 00.375.972/0090-36		UG/GESTÃO: 373039/37201			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	1	0
			Contas Não Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		700.000,00	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0

			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	1	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante repassado (R\$)	0	0	
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	0	
		Quantidade Reprovada	1	0	
		Quantidade de TCE	1	0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	
Fonte: SIAFI					

5.3.6. Análise Crítica

A gestão das transferências voluntárias da Superintendência Regional do INCRA Amapá, sempre buscou atender as determinações e prazos estabelecidos nas legislações pertinentes à matéria, desta forma, tendo-se como base o exercício de 2012, bem como os exercícios de 2010 e 2011, os quais foram indicados nos demonstrativos acima, destacamos:

a. No quadro A.5.3: no exercício de 2012 não houve convênios ou instrumentos congêneres vigentes.

b. No Quadro A.5.4: não foram celebrados convênios nos exercícios de 2010, 2011 e 2012. Com o advento do SICONV–Portal de Convênios do Governo Federal, ferramenta que otimizou a gestão dos convênios e impulsionou os órgãos concedentes e entidades proponentes a se capacitarem para bem gerir recursos federais, diante desse quadro percebeu-se uma dificuldade inicial das partes envolvidas nas transferências voluntárias. A nova ferramenta instituída pelo Governo Federal, foi estabelecida através de módulos e no intuito de acompanhar a evolução do SICONV esta UJ sempre buscou capacitar seus servidores, no entanto, verifica-se que a realidade do nosso Estado é que

existem poucas entidades privadas interessadas e com capacidade operacional e administrativa no SICONV com perfil para firmar convênios com o Governo Federal, já na esfera pública, temos o Governo do Estado do Amapá, como potencial partícipe de um instrumento de convênio, contudo desde o ano de 2009, quando foi firmado o convênio SICONV 705805, para prestar assistência técnica aos assentados, instrumento este que foi firmado dentro do portal de convênios, não mais se conseguiu avançar na celebração de novos convênios, ressalta-se que referido convênio não prosperou em vista da Conveniente não cumprir com a contrapartida, tendo o mesmo sido então rescindido.

b.1 - No exercício de 2010 foi repassado um total de R\$ 1.415.300,00 (um milhão quatrocentos e quinze mil e trezentos reais), sendo:

- Para o Convênio SIAFI nº 639991, celebrado em 31.12.2008, com vigência de 31.12.2008 a 30.12.2010, repassado R\$ 1.150.000,00 em 11.05.2010.

- Para o Convênio SICONV nº 705805, celebrado em 23.11.2009, com vigência de 23.11.2009 a 22.11.2010, repassado R\$ 265.300,00 em 28.06.2010.

c. No Quadro A.5.5: em 31.12.2012, não havia nesta UJ, instrumentos de convênios ou congêneres que vigorariam no exercício de 2013.

d. Quadro A.5.6: Tendo como base as datas limites para apresentação da prestação de contas finais, temos na Superintendência do INCRA Amapá:

d.1 - No exercício de 2012 estava previsto para prestar contas somente o convênio SIAFI 596375, de vigência de 29.11.2007 a 28.11.2011, sendo seu prazo para prestar contas até 27.01.2012. A conveniente apresentou sua prestação de contas em 24.02.2012, tendo esta sido analisada por esta UJ, contudo, apresentou a seguinte situação: a Portaria nº 20/2009 que alterou o Regimento Interno do Incra, criou a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal–SRFA, a quem foi atribuída competência para tratar de assuntos de regularização fundiária e considerando que o objeto do referido convênio era o georreferenciamento de glebas, este instrumento foi encaminhado ao gestor responsável pela SRFA para que fosse adotadas providências de julgamento/avaliação de suas contas.

d.2 - No exercício de 2011 estavam previstos para prestar contas os convênios:

- SIAFI nº 639991, com vigência de 31.12.2008 a 30.12.2010, prazo limite para prestar contas até 28.02.2011, a conveniente não apresentou a prestação de contas final. Diante da ausência da prestação de contas, foi constatado que este instrumento não teve seu objeto executado, nem ao menos iniciado, logo esta UJ adotou as seguintes medidas: em 28.02.2011 foi feita a inclusão no rol de inadimplentes do SIAFI e foi instaurada a devida Tomada de Contas Especial (Portaria INCRA/SR(21)/05, de 01.04.2011) e em 06.07.2011, foi feito o lançamento da aprovação com ressalvas referido do instrumento, tendo a conveniente ao fim da TCE devolvido o recurso repassado pelo Incra/AP.

- SIAFI nº 705805, com vigência de 23.11.2009 a 22.11.2010, prazo limite para prestar contas até 21.01.2011. Este instrumento teve sua rescisão declarada em 04.11.2010 em vista da não comprovação da contrapartida, ato contínuo foi feita a devolução total dos recursos repassados.

d.3 - No exercício de 2010 estava previsto para prestar contas somente o convênio SIAFI nº 601842, com vigência de 31.12.2007 a 30.03.2010, prazo para prestação de contas até 29.05.2010, a conveniente apresentou a prestação de contas final em 13.10.2010. Nesse instrumento a conveniente prestou contas, a qual foi analisada, mas não apresentou o objeto físico do convênio, que seriam as peças técnicas de georreferenciamento de glebas, logo, após as notificações de praxe e sem obter êxito, foi feita a sua inclusão no rol de inadimplentes do SIAFI e instaurada a Tomada de Contas Especial (Portaria/INCRA/SR(21)/ nº 05, de 01.04.2011).

e. **Quadro A.5.7:** Esta UJ não possui convênio em que tenha sido apresentada a prestação de contas e esta não tenha sido analisada. Os instrumentos que não tiveram suas prestações de contas apresentadas tiveram as Tomadas de Contas Especial, devidamente instauradas. Segue abaixo breve descrição por exercício:

e.1 – Exercício 2012, o convênio SIAFI nº 596375, que tinha prazo para prestar contas em 27.01.2012, tendo a conveniente apresentado em 24.02.2012, teve suas contas analisadas, ainda não foi concluída, considerando a situação descrita no item c.1 acima.

e.2 – Exercício 2011, o convênio SIAFI nº 639991, que tinha prazo para prestar contas em 28.02.2011, a conveniente não apresentou a prestação, tendo sido adotadas as providências descritas no item c.2 acima.

e.3 – Exercício 2010, o convênio SIAFI nº 601842, que tinha prazo para prestar contas em 29.05.2010, a conveniente apresentou a prestação de contas em 13.10.2010, teve suas contas analisadas e após adotadas as providências descritas no item c.3 acima.

- O convênio SIAFI nº 615540, que tinha o prazo para prestar contas em 28.08.2009, tendo a conveniente apresentado em 25.08.2009, após diversas diligências afim de regularizar a prestação de contas, esta teve sua aprovação com ressalvas em 24.12.2010.

- O convênio SIAFI nº 598811, que tinha prazo para prestar contas até 12.09.2009, a conveniente apresentou a prestação de contas em 14.09.2009, a conveniente não executou o objeto do convênio, tendo sido feita a devolução total dos recursos repassados, tendo resultado em sua aprovação com ressalva em 20.07.2010.

5.4. Suprimento de Fundos

5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
373039	Superintendência Regional do Amapá		1.200,00	0,00	1.200,00
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		1.200,00	0,00	1.200,00

Fonte: Contabilidade/Div. Administração/Inera-Amapá

5.5. Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo "B")

Valores em
R\$ 1,00

Código da UG 1	Nome da UG							
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				

			Total Utilizado pela UG			
Código da UG 2			Nome da UG			
			Total Utilizado pela UG			
			Total Utilizado pela UJ			

Fonte:

5.5.1.1. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Maria Antonia da Silva Conceição	241.422.042.20	1.200,00	1.200,00	0,00	1.200,00
Total Utilizado pela UG			1.200,00	0,00	1.200,00
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: Contabilidade/Div. Administração/Inkra-Amapá

5.5.1.2. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quant.	(a) Valor	Quant.	(b) Valor	Quant.	(c) Valor	(a+b+c)
2012			1	1.200,00	0	0,00	1.200,00
2011			2	1.530,00	2	9.521,92	11.051,92
2010			13	6.790,00	0	0,00	6.790,00

Fonte: Contabilidade/Div. Administração/Inkra-Amapá

5.5.1.3. Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							1	1.200,00	2	11.051,92	13	6.790,00

Fonte: Contabilidade/Div. Administração/Incra-Amapá

Análise Crítica

O Cartão de Pagamento do Governo Federal–CPGF é um mecanismo de movimentação financeira, de validade internacional, emitido em nome da unidade gestora, com identificação do portador, que poderá ser utilizado por representantes do Governo Federal para compra de material e prestação de serviços. A utilização do CPGF está prevista no Decreto nº 5.355 de 25 de janeiro de 2005 e alterações e na Portaria MP nº 41 de 04 de março de 2005 e alterações.

Na UJ, a utilização do CPGF no exercício de 2012 atendeu despesas de pequenos vultos e pronto pagamento em deslocamentos de servidores para execução de atividades fins, na falta de materiais no estoque do almoxarifado.

Na utilização dos recursos concedidos pelo suprimento de fundos, foram observadas as condições e finalidades previstas no ato da concessão.

Com relação a prestação de contas, as despesas foram atestadas, analisadas e aprovadas.

5.6. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.7. Gestão de Precatórios

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	92	5	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	92	5	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	90	5	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	1
2. Servidores CLT (Anistiados)	0	1	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	94	6	8

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁO

Análise Crítica

Na UJ o número de servidores, num total de noventa, é insuficiente para atender satisfatoriamente toda a demanda existente. Assim sendo, a lotação dos servidores é efetuada priorizando-se as áreas fins. Essa situação finda por prejudicar a execução das atividades da área meio, que conta uma quantidade de servidores bem inferior as suas necessidades.

Para atender a necessidade atual da UJ, seria necessária a contratação de mais 28 servidores, e os profissionais mais necessários são, engenheiros agrônomos, florestais e civis, biólogos, assistentes sociais e contadores.

Para melhor esclarecer o Serviço de Desenvolvimento Humano funciona com apenas duas servidoras de cargo efetivo, que têm senhas para acesso à folha de pagamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas, estagiários, capacitação, avaliação, saúde complementar e diversos processos referentes a benefícios, sendo auxiliadas por uma terceirizada e um estagiário. Esse quantitativo nos remete ao atraso no cadastramento de processos e atos administrativos, bem como atendimento precário aos servidores.

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	3	2
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	3	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	11	2	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	1	1	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	3	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	16	14	3	2

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	4	11	17	43	17
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	11	17	42	17
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	1	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	4	11	17	44	17

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Análise Crítica

O Serviço de Desenvolvimento Humano da UJ, desde o início de 2011, está trabalhando na capacitação de todos os servidores, visto que a força de trabalho total da unidade é de apenas 90 servidores, e 30% estão prontos para aposentar, sem contar mais 03(três) servidores que serão aposentados compulsoriamente ainda no exercício de 2013. O Concurso público de 2010 seria uma estratégia para a ampliação da força de trabalho da Superintendência, mas, até a presente data só foram chamados 4 concursados, com certeza, permanecerá a carência de servidores.

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	0	59	32	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	0	58	32	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	1	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	1	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	2	0	59	32	0	0	0
<u>LEGENDA</u>									
<u>Nível de Escolaridade</u>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Quadro A.6.6 – Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Valores R\$ 1,00

Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
2010	4.963.166,32		448.937,51	130.557,96	653.998,85	529.284,45	0,00	4.000,00	34.832,48	6.764.777,57
2011	5.153.270,27		463.725,33	145.620,68	274.184,86	665.471,77	0,00	0,00	38.396,99	6.740.669,90
2012	5.114.313,25	366.944,57	457.289,92	136.487,44	565.666,36	686.822,35			37.664,13	7.365.188,02
2010	22.827,00		2.008,50							24.835,50
2011	24.102,00		2.008,50							26.110,50
2012	24.102,00		2.008,50							26.110,50
2010		237.216,79			76.604,54					313.821,33
2011		231.701,76			73.185,60					304.887,36
2012		16.168,26			5.400,48					21.568,74
2010		10.497,16			19.739,70					30.236,86
2011		10.104,24			4.580,84					14.685,08
2012		9.935,83								9.935,83

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2010	R\$ 41.062,83
2011	R\$ 2.389,50

2012	R\$ 1.628,40
------	--------------

6.1.3. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.3.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	13	5
1.1 Voluntária	13	5
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	1	0
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	14	5

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

6.1.3.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	7	0
1.1. Integral	7	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	8	0
3. Total (1+2)	15	0

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

6.1.4.Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que diz respeito a esta questão o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal. Assim sendo, esclarece-se:

- a) Não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressalta-se que esta Autarquia tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto a acumulação de cargos, funções e empregos públicos;
- b) Não há;
- c) Não há;
- d) Quanto a existência e o quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do Incra, pode-se afirmar que a Autarquia não dispõe desses dados. Porém, ressalta-se que quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGEP/MP, efetuam o cruzamento de dados e constataam a acumulação indevida por parte de servidor da Autarquia as providências visando sanar a irregularidade são imediatamente adotadas, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.5.Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

- a) No exercício de 2012 não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGEP/MP;
- b) Não há;
- c) Não há.

6.1.6.Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.6.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	5	0	0	0
Concessão de aposentadoria	5	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	0	0	0
Totais	10	0	0	0

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Análise Crítica

A necessidade de mais servidores no RH se reflete no atraso em cumprir algumas demandas, como o cadastramento de atos no Sisac, entretanto neste ano de 2013, já foi sinalizado a nomeação dos novos concursados, assim o RH contará com mais um servidor e então serão sanadas todas as pendências.

6.1.6.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	0	0	0	0

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Não se aplica.

6.1.6.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

6.1.7. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta Regional ainda não desenvolveu nenhum programa referente a indicadores, continuamos não utilizando indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, níveis salariais e demandas trabalhistas.

Com relação à rotatividade é efetuado acompanhamento dos servidores que ingressaram no INCRA em razão da realização de concursos públicos em 2004 e 2005.

Quanto à disciplina, é considerada como um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório. O desempenho funcional, os servidores que não atingiram o último padrão da última

classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, foi implantada em 2012, a nível de Brasília(sede). a nova sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA).

Nesta Superintendência Regional o número de servidores (93) continua sendo insatisfatório para nossa demanda de trabalho e cumprimento de metas, bem como execução das tarefas da Divisão de Administração/Recursos Humanos.

No exercício de 2012 foram admitidos 5 servidores aprovados no concurso de 2010, houve uma pequena melhora, mas não é o suficiente.

Nosso maior entreve são as remoções concedidas aos servidores que são de outro Estado, pois quando cumprem o estágio probatório, imediatamente entram com processo de remoção, acionando todos os meios a tem direito, inclusive fazendo pedidos políticos, tornando insustentável sua continuação nesta superintendência. O ideal é que fosse criado uma gratificação para servidores que trabalham na Amazônia Legal, a exemplo da gratificação de atividade Penosa, concedida aos servidores da Procuradoria Federal do Trabalho/AP.

Quanto ao ambiente de trabalho podemos considerar que está melhorando, o ambiente já está mais adequado às necessidades dos servidores, dos serviços e da qualidade de vida, a maioria das salas já há preservação do sigilo profissional, são vulneráveis ao fácil acesso às informações.

Esta UJ ainda necessita de um espaço para funcionar o arquivo morto, assim como o espaço do Serviço de Desenvolvimento Humano não suporta mais a guarda de documentos.

6.2. Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Não ocorreu no período.

6.2.2. Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Não ocorreu no período.

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

Não ocorreu no período.

6.2.4. Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA Amapá													
UG/Gestão: 373039/37201					CNPJ: 00.375.972/0090-36								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	03000/2008	04.753.848/0001-42	14.10.2008	13.01.2013	11	8	0	0	0	0	E
2011	V	O	02000/2011	10.662.792/0001-13	30.06.2011	29.12.2013	0	0	12	12	0	0	P
Observações: Para o contrato de vigilância foram contratados 03 (três) postos, sendo 02 (dois) funcionários por posto, numa escala de 12x36h.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Termos de Referências e Termos de Contratos.

6.2.5. Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA Amapá													
UG/Gestão: 373039/37201					CNPJ: 00.375.972/0090-36								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	5	O	01000/2009	01.342.899/0001-93	01.02.2009	31.01.2014	0	0	15	3	0	0	P
2009	7	O	01000/2009	01.342.899/0001-93	01.02.2009	31.01.2014	0	0	4	2	0	0	P
2012	3	O	01000/2012	07.178.322/0001-74	24.05.2012	23.05.2013	0	0	0	0	1	1	A
2012	3	O	02000/2012	04.753.848/0001-42	02.07.2012	01.07.2013	0	0	0	0	2	2	A
2012	11	O	04000/2012	07.252.663/0001-42	18.06.2012	17.06.2013	0	0	12	7	0	0	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móvies 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: Termos de Referência e Termos de Contratos

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	1	1	1	1	32.617,90
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	1	1	1	1	32.617,90
2. Nível Médio	1	1	1	1	17.563,49
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	1	1	1	1	17.563,49
3. Total (1+2)	2	2	2	2	50.181,39

Fonte: SDH/INCRA-AMAPÁ

O nº de estagiários por trimestre não foi constante, primeiro por conta do término do contrato do INCRA com o CIEE, sendo necessária nova licitação e a empresa que venceu o certame foi a SUPERESTÁGIO

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Importância e Impacto sobre as atividades da UJ: Para o atendimento da missão institucional atribuída ao INCRA/Superintendência Regional do Amapá – R(21), que é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, impõe-se a utilização de veículos rodoviários e aquaviários na atividade operacional (fiscalização fundiária, avaliação de imóveis, desenvolvimento de assentamentos, georreferenciamento de imóveis rurais, etc.). É fácil notar que a utilização de veículos em boa qualidade para o INCRA deixa de ser uma simples questão de rotina administrativa elevando-se a condição sem a qual não é possível a execução da finalidade institucional, influenciando diretamente na obtenção dos resultados propostos anualmente pelo Governo Federal.

Idade Média da Frota: 4 anos;

Frota: 24 veículos, conforme discriminação abaixo. Todos os veículos pertencem ao grupo de veículos de transporte institucional;

Ítem	Placa	Marca/Modelo	Ano	Combustível	Km Anual
01	NEO 9551	Mitsubishi/L200	2009	DIESEL	23.399
02	NEO 9521	Mitsubishi/L200	2009	DIESEL	24.006
03	NEO 9511	Mitsubishi/L200	2009	DIESEL	13.411
04	NEO 9482	Mitsubishi/L200	2007	DIESEL	11.632
05	NEO 9472	Mitsubishi/L200	2007	DIESEL	12.026
06	NEO 9402	Mitsubishi/L200	2007	DIESEL	7.219
07	NEV 5952	Mitsubishi/L200	2007	DIESEL	11.684
08	NEV 1207	Mitsubishi/L200	2010	DIESEL	5.040
09	NEU 1463	Mitsubishi/L200	2004	DIESEL	2.076
10	NEZ 1179	Ford/Ranger	2009	DIESEL	18.614
11	NEZ 3609	Ford/Ranger	2009	DIESEL	4.449
12	NEZ 1839	Ford/Ranger	2009	DIESEL	8.527
13	NEM 4551	Ford/Ranger	2009	DIESEL	14.579
14	NEJ 9872	Fiat/Palio	2009	GASOLINA	14.049
15	NEJ 8872	Fiat/Palio	2009	GASOLINA	20.488
16	NEJ 8194	Fiat/Palio	2006	GASOLINA	601
17	NEO 9531	Mitsubishi/L200	2010	DIESEL	16.447
18	NEO 9541	Mitsubishi/L200	2009	DIESEL	9.674
19	JJU 2121	Mitsubishi/L200	2009	DIESEL	27.305
20	JHN 7323	Volkswagem/Onibus	2009	DIESEL	2.537
21	NEX 7520	Mitsubishi/L200	2004	DIESEL	680
22	NEM 5328	Mitsubishi/L200	2011	DIESEL	24.637
23	NEM 5338	Mitsubishi/L200	2011	DIESEL	34.530
24	NEM 5298	Mitsubishi/L200	2011	DIESEL	23.425

Fonte: Serviços Gerais/Administração/Inkra-Amapá

Custos com Manutenção: R\$ 182.325,34;

Custos com Combustível: R\$ 138.289,00

Estrutura de Controle: Manutenção permanente e controle de movimentação de veículos;

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		

	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ
Fonte:			

Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373039	060500115500-7	21	3	280.860,50	37.158,00	1.027.200,30		111.769,04
Total								111.769,04
Fonte: SPIUNET								

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise Crítica:

O imóvel acima referenciado é a Sede do Incra no Estado do Amapá. No decorrer dos anos houve varias adaptações para atender as necessidades da Superintendência Regional do Amapá, acolhendo os escritórios locais do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Foram atendidas as necessidades das adequações que constaram na análise crítica do Relatório de Gestão/2011.

O imóvel ainda não está regularizado, pois aguardamos a emissão de documentos comprobatórios da área do imóvel a ser emitido pela Prefeitura do Município de Macapá e Cartório de imóveis “Eloy Nunes”.

A Superintendência construiu em exercícios anteriores, nos assentamentos rurais 40 (quarenta) imóveis, prédios que hoje se encontram não regularizados por tratar-se de imóveis destinado a Reforma Agrária.

Através da Ordem de Serviço nº 24 de 24.07.2011, comissão encarregada de efetuar Termos de Cessão de Uso para as Prefeituras do Estado do Amapá, tendo como objetivo principal a reforma, conservação e utilização dos bens imóveis da Autarquia situados nos projetos de assentamentos.

Por motivo de dificuldades documentação comprobatória de regularização fiscal, somente a Prefeitura de Calçoene/Distrito Carnot foi destinado os 2 (dois) imóveis através do Termo de Cessão de Uso.

Relativo aos demais imóveis destinados a Reforma Agrária, providências estão sendo adotadas com finalidade de destinar os mesmos para uso em benefícios das famílias assentadas.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo	

questionário.

Análise Crítica

As informações constantes do quadro acima relativas a TI foram respondidas de acordo com o conhecimento que o Núcleo de Tecnologia da Informação da UJ possui sobre os itens solicitados. Porém, informações mais precisas sobre a governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos junto à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/DET-DE/Incra-sede.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	-				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					X
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X			

☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel						
Água						
Energia Elétrica						
			Total	-	-	

Fonte:

A UJ não aderiu a nenhum programa ligado a esta temática ambiental.

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá					4143
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Não ocorreu no período.

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá					4143
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Não ocorreu no período.

10.1.3. Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203469	1.1.2.1	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá		4143
Descrição da Recomendação		
Recomendação 1: Criar mecanismos de controle visando mitigar erros nas informações prestadas com a finalidade de compor o Relatório de Gestão, principalmente no tocante à gestão do CPG.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá		4143
Síntese da Providência Adotada		
O Gabinete da Superintendência reuniu com as Chefias para divulgar o Relatório da Auditoria e na oportunidade orientou a Divisão de Administração/Serviço de Contabilidade a melhorar sua forma de controlar a utilização do CPGF, bem como capacitar os servidores autorizados a efetuar pagamentos e saques com o CPGF. Também esclarecemos que, conforme informação contida no MEMO/INCRA/SR-21/CONT/16/2012, do Serviço de Contabilidade da Superintendência Regional, cópia anexa, a divergência de valores constantes das faturas do CPGF pagas no exercício financeiro de 2011, foi motivada por pagamentos efetuados posteriormente ao vencimento das mesmas.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
O fato relatado na RA não mais ocorreu no âmbito desta UJ		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
O fato relatado na RA não mais ocorreu no âmbito desta UJ		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203469	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SR21/INCRA/AP empenho e agilidade na implementação de políticas voltadas a realização de estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil, bem como quanto à definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance de suas necessidades de pessoal.			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá	4143
Síntese da Providência Adotada	
Serviço de Desenvolvimento Humano desta SR(21)AP está providenciando o dimensionamento da força de trabalho e já está finalizando os quadros de projeção do quantitativo de servidores até o ano de 2015. A estratégia utilizada pela SR é levantar a necessidade de pessoal (quantidades e especialidades) junto às Divisões, e encaminhar o resultado à Incra-sede, visto que tem um grupo de trabalho formado por servidores no INCRA/sede, que recebem essas informações e elaboram um relatório anual. Atualmente a SR(21)AP vem solicitando à sede a nomeação dos 16 profissionais concursados (do concurso realizado em 2010) para assumirem os respectivos na SR, pois até a presente data só foram nomeados 04, e a resposta da sede é que – “não depende do INCRA, é necessário autorização do Ministério do Planejamento”. Logo, pouco se pode fazer para o aumentar o quadro de servidores da SR, estamos treinando servidores para trabalharem em atividades, tais como PAD, TCE, Licitação, dada a carência da força de trabalho nesta Regional.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109231-2ª Parte	1.1.2.1	Ofício nº 22009/2011-CGU-Regional/AP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se à SR21/INCRA/AP empenho e agilidade na implementação dos procedimentos necessários à separação e destinação dos resíduos recicláveis por ele descartados, em cumprimento às disposições do Decreto nº 5.940/2006.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143

Síntese da Providência Adotada
Foi constituída através da OS/INCRA/SR(21)AP/Nº 36/2011 , publicada no Boletim de Serviço nº 36, de 05/09/2011, Comissão para, no âmbito da Superintendência Regional, realizar procedimentos que atendam as determinações contidas no Decreto nº 5.940/2006, de 25/10/2006.
Síntese dos Resultados Obtidos
A comissão encarregada de implantar as ações de coleta seletiva solidária na SR, está iniciando o contato com entidades que possam ter interesse em receber o material descartado na SR. Também está sendo providenciada uma campanha interna para divulgar a coleta seletiva solidária junto aos servidores.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não ocorreu no período.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109231-2 { parte	1.1.4.1	Ofício nº 22009/2011-CGU-Regional/AP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Proceder à imediata reavaliação do bem imóvel onde funciona a sede da SR21/INCRA/AP e à conseqüente atualização do registro no SPIUnet.			
Recomendação 2: Implementar controles internos administrativos visando garantir a atualização tempestiva do bem imóvel sob a responsabilidade da SR21/INCRA/AP, bem como a manutenção e conservação desse bem.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Síntese da Providência Adotada			

Para atender esta recomendação foram emitidas as ordens de serviços abaixo: ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR(21)/Nº 31/2011, publicada no Boletim de Serviço nº 33, de 15/08/2011, na qual foram designados os servidores Vilçon Cavalcante Cardoso e Raimundo Alan Kardec Borges de Souza, respectivamente, titular e substituto para efetuarem a alimentação e atualização do sistema SPIUnet. A ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR(21)/Nº 35/2011, publicada no Boletim de Serviço nº 36, de 05/09/2011, foi tornada sem efeito pela ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR(21)/Nº 17/2012, publicada no Boletim de Serviço nº 13, de 26/03/2012, na qual foram designados os servidores ABIGAIL BASTOS BARBOSA DE OLIVEIRA, AGENOR PIRES BARBOSA e MARIA JOSÉ SOUZA LEITE, para providenciar a reavaliação do bem imóvel onde funciona a sede da Superintendência Regional do Incra no estado do Amapá, a qual também deverá implementar controles internos administrativos visando garantir a atualização tempestiva do bem imóvel no Sistema SPIUnet.
Síntese dos Resultados Obtidos
A reavaliação do imóvel está sendo providenciada pelo Serviço de Engenharia da SR, e a Comissão acima está aguardando a SPU liberar as senhas de acesso para providenciar as atualizações no SPInet conforme recomendado por esse órgão de controle.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não ocorreu no período.

Quadro A.10.4. Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109231-2ª Parte	1.1.2.2	Ofício nº 22009/2011-CGU-Regional/AP
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Implementar políticas/rotinas de adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional do Amapá			4143
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi constituída através da OS/INCRA/SR(21)AP/Nº 34/2011, publicada no Boletim de Serviço nº 36, de 05/09/2011, Comissão para, no âmbito da Superintendência Regional, realizar procedimentos que atendam as recomendações contidas neste Relatório de Auditoria, relacionados a sustentabilidade ambiental			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	12	0	0
	Entregaram a DBR	12	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SDH/Div. Administração

Análise Crítica

Não ocorreram problemas no cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8730/93.

10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO Eu, <u>Cristiane do Rosário Figueiredo</u>, CPF nº 605.807.042-20, <u>Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário</u>, exercido na <u>Superintendência Regional do Incra no Estado do Amapá</u>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Macapá, ____ de ____ de 2013. Cristiane do Rosário Figueiredo 605.807.042-20 Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário/Incra-Amapá
--

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO Eu, <u>Raimundo Alan Kardec Borges de Souza</u>, CPF nº 020.064.228-63, <u>Técnico de Reforma e Desenvolvimento Agrário</u>, exercido na <u>Superintendência Regional do Incra no Estado do Amapá</u>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Macapá, ____ de ____ de 2013. Raimundo Alan Kardec Borges de Souza 020.064.228-63 Técnico de Reforma e Desenvolvimento Agrário/Incra-Amapá
--

11. Informações Contábeis

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Os procedimentos adotados nesta UJ seguem o estabelecido na macro-função SIAFI-ASSUNTO 020330-REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA UNIÃO, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

Na referida macro-função informa-se a base legal de sua elaboração: Lei n 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei nº 10.180/2001.

Informa-se ainda as metodologias a serem adotadas para:

- a) estimar a vida útil econômica dos ativos;
- b) cálculo de depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas;
- c) realização de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívida, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Houve impacto na variação passiva do resultado apurado no exercício 2012 de 29.286,69 (vinte e nove mil, duzentos e oitenta e seis e sessenta e nove), conforme a seguir:

- b) conta contábil: 5.2.3.2.0.00.00-Ajuste de Bens, Valores e Créditos: R\$ 29.286,69
- c) conta contábil: 5.2.3.2.8.01.00-Depreciação, Amortização e Exaustão: R\$ 29.286,69

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

11.2.2. Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Superintendência Regional do Amapá		373039	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a)Compensações Ativas Diversas- convênios firmados, registro dos valores de convênios para saída de recursos firmados com outras entidades com finalidade de atingir objetivos comuns nos termos descritos no instrumento. Portanto, a conta contábil: 199620901-Inadimplência Efetiva são conclusões de Tomadas de Contas Especial- TCE, oriundas de convênios. b)A conta contábil:212.16.02.02- Não Processados à Liquidar, consta saldo remanescente de Restos à Pagar do exercício anterior, não cancelados pela UG, restando saldo do exercício de 2010, o qual será regularizado no exercício financeiro seguinte, após análise criteriosa para depurar o saldo.Portanto, a realidade do Balanço Financeiro depende do pagamento ou cancelamento dos empenhos provenientes da inscrição de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Macapá	Data	27/03/2013
Contador Responsável	Angela Simei Ferreira Oliveira	CRC nº	AP-000304/O-2

11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373039/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21				EMISSION 21/02/2013	PAGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS			
TÍTULOS	2012	2011	TÍTULOS	2012	2011	
RECEITAS CORRENTES	730,00	13.940,27	DESPESAS CORRENTES	5.174.900,92	1.975.908,95	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	730,00	13.940,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	9.653,56	
RECEITAS CAPITAL ENTRE ÓRGÃOS OFSS 2011			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.155.996,76	1.958.033,67	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	4.661.326,61	17.782.052,60	OUTRAS DESPESAS	5.155.996,76	1.958.033,67	
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	4.651.326,61	16.327.052,60	DESPESAS CORRENTES ENTRE ÓRGÃOS OFSS 2011	0,00	8.221,72	
SUB-REPASSE RECEBIDO	4.651.275,58	16.327.044,76	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	8.221,72	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	4.651.275,58	16.327.044,76	DESPESAS CORRENTES ENTRE ÓRGÃOS OFSS	18.904,16	0,00	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	51,03	7,84	DESPESAS DE CAPITAL	24.707.394,96	30.585.723,41	
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.000,00	1.455.000,00	INVESTIMENTOS	3.526.394,96	2.443.723,41	
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	10.000,00	1.455.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	21.181.000,00	28.142.000,00	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	10.000,00	1.455.000,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	195.025,06	328.591,30	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	68.065.936,29	45.980.172,93	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	51,03	51,03	
VALORES EM CIRCULAÇÃO	15.586.604,30	12.965.625,79	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	51,03	51,03	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	15.586.604,30	12.965.625,79	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	194.974,03	328.540,27	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51,03	51,03	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	194.244,03	314.600,00	
VALORES DIFERIDOS	51,03	51,03	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	68.000,00	
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	26.895.179,40	17.447.734,50	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	194.244,03	246.600,00	
FORNECEDORES	2.685.787,25	0,00	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	730,00	13.940,27	
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.685.787,25	0,00	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	42.650.671,96	30.885.942,14	
RESTOS A PAGAR	24.202.725,80	17.218.234,13	VALORES EM CIRCULAÇÃO	26.102.895,95	15.586.604,30	
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	23.402.668,66	15.350.801,90	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	26.102.895,95	15.586.604,30	
CANCELADO	800.057,14	1.867.432,23	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51,03	7,84	
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	0,00	225.000,00	VALORES DIFERIDOS	51,03	7,84	
EM CONTRATOS	0,00	225.000,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	15.580.302,27	12.965.617,95	
VALORES EM TRANSITO	5.220,37	4.500,37	FORNECEDORES	0,00	44.035,37	
OUTROS DÉBITOS	1.445,98	0,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	44.035,37	
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	25.584.101,56	15.566.761,61	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	15.350.801,90	12.907.560,29	
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	25.584.101,56	15.522.726,24	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	225.000,00	0,00	
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	25.584.101,56	15.522.726,24	EM CONTRATOS	225.000,00	0,00	
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	0,00	44.035,37	VALORES EM TRANSITO	4.500,37	14.022,29	
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	44.035,37	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	967.422,71	2.333.712,05	
			BAIXA DE DIREITOS	967.422,71	2.333.712,05	
			CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	967.422,71	2.333.712,05	
INGRESSOS	72.727.992,90	63.776.165,80	DISPÊNDIOS	72.727.992,90	63.776.165,80	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		IMP. DEZ(FECHADO)	
SUBTÍTULO	372039/372041 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPÁ-IN-CRA/SR-21		2012		2011	
ORÇAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO		PAGINA	
			21/07/2013		1	
ATIVO			PASSIVO			
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011	
ATIVO FINANCEIRO	26.102.895,95	15.586.504,30	PASSIVO FINANCEIRO	26.095.173,29	15.580.351,30	
CREDITOS EM CIRCULACAO	26.102.895,95	15.586.504,30	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	26.095.122,26	15.580.302,27	
LIMITES DE SAQUE EM C/TINCO DE PAGAMENTO	518.794,39	573.378,06	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.687.237,77	0,00	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	25.584.101,56	15.522.726,24	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	2.685.787,25	0,00	
ATIVO NAO FINANCEIRO	158.762.548,15	138.228.544,81	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-12.749.941,34	-14.575.767,08	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.445,98	0,00	
CREDITOS EM CIRCULACAO	-12.772.689,62	-14.635.967,36	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	23.402.666,66	15.350.801,90	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-25.364.101,56	-15.522.726,24	A LIQUIDAR	23.402.666,66	15.350.801,90	
DIVERSOS RESPONSAVEIS	12.538.762,91	614.757,75	CREDORES DIVERSOS	0,00	225.000,00	
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	270.342,64	270.342,64	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	5.220,37	4.500,37	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	2.006,39	1.958,49	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51,03	51,03	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	22.748,28	59.380,28	VALORES DIFERIDOS	51,03	51,03	
ESTOQUES	22.748,28	59.380,28	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-23.402.666,66	-15.350.801,90	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	151.696.254,55	145.073.654,55	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-23.402.666,66	-15.350.801,90	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	151.696.254,55	145.073.654,55	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	137.316.375,16	120.693.775,16	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-23.402.666,66	-15.350.801,90	
CREDITOS A RECEBER	21.401.543,13	21.481.343,13	PASSIVO REAL	2.692.504,63	229.551,40	
DEVIDA ATIVA (LP)	2.397.936,26	0,00	PATRIMONIO LIQUIDO	182.192.935,47	153.565.597,71	
PERMANENTE	9.326.429,39	7.729.977,29	PAI IMUNIZACAO/CAPITAL	0,00	129.776.294,12	
IMOBILIZADO	9.326.429,39	7.729.977,29	PATRIMONIO	0,00	159.776.294,12	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	9.326.429,39	7.729.977,29	AULAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	-3.029,39	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-9.326.429,39	-7.729.977,29	RESULTADOS ACUMULADOS	152.505.597,71	0,00	
INTANGIVEL	0,00	0,00	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	152.505.597,71	0,00	
ATIVO REAL	193.843.330,43	166.499.637,19	AULAS DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00	
			RESULTADO DO PERIODO	28.607.241,76	22.616.214,26	
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	184.885.444,00	153.315.149,10	
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-184.885.444,00	-153.315.149,10	
ATIVO COMPENSADO	8.957.886,13	12.684.488,08	PASSIVO COMPENSADO	8.957.886,13	12.684.488,08	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	8.957.886,13	12.684.488,08	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	8.957.886,13	12.684.488,08	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	5.042,64	5.042,64	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	5.042,64	5.042,64	
GARANTIAS DE VALORES	719.918,55	675.307,02	VALORES EM GARANTIA	719.918,55	675.307,02	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.871.953,61	7.871.953,61	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.871.953,61	7.871.953,61	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	860.971,53	4.132.169,81	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	860.971,53	4.132.169,81	
ATIVO	193.843.330,43	166.499.637,19	PASSIVO	193.843.330,43	166.499.637,19	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373039/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPA-IN CRA/SR-21
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 21/02/2013	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	32.430.932,09	47.136.680,27	ORCAMENTARIAS	29.883.546,91	32.563.213,39
RECEITAS CORRENTES	730,00	13.940,27	DESPESAS CORRENTES	5.174.900,92	1.975.908,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	730,00	13.940,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	9.653,56
INTERFERENCIAS ATIVAS	4.651.326,61	16.327.052,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.155.996,76	1.958.033,67
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.651.326,61	16.327.052,60	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	8.221,72
SUB-REPASSE RECEBIDO	4.651.275,58	16.327.044,76	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	8.221,72
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	51,03	7,84	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	18.904,16	0,00
MUTACOES ATIVAS	27.778.875,48	30.795.687,40	DESPESAS DE CAPITAL	24.707.394,96	30.585.723,41
INCORPORACOES DE ATIVOS	4.376.206,82	15.444.885,50	INVESTIMENTOS	3.526.394,96	2.443.723,41
AQUISICOES DE BENS	383.406,82	634.312,86	INVERSOES FINANCEIRAS	21.181.000,00	28.142.000,00
INCORPORACAO DE CREDITOS	3.992.800,00	14.810.572,64	INTERFERENCIAS PASSIVAS	51,03	51,03
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	23.402.668,66	15.350.801,90	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	51,03	51,03
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	68.687.832,73	43.292.158,15	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	51,03	51,03
INTERFERENCIAS ATIVAS	317.108,38	1.480.540,57	MUTACOES PASSIVAS	1.200,00	1.530,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	307.108,38	25.540,57	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.200,00	1.530,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.000,00	1.455.000,00	LIQUIDACAO DE CREDITOS	1.200,00	1.530,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	68.370.724,35	41.811.617,58	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	42.627.876,15	35.249.410,05
INCORPORACOES DE ATIVOS	67.570.667,21	39.900.149,98	INTERFERENCIAS PASSIVAS	435.765,78	408.489,27
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.859.669,10	6.039.194,36	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	240.791,75	79.949,00
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	46.193,41	128.532,78	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	194.244,03	314.600,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	65.664.804,70	33.732.422,84	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	730,00	13.940,27
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	800.057,14	1.911.467,60	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	42.192.110,37	34.840.920,78
DEFICIT			DESINCORPORACOES DE ATIVOS	26.812.021,78	21.890.664,21
			BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00	3.078.188,32
			BAIXA DE BENS MOVEIS	257.873,67	376.037,60
			BAIXA DE DIREITOS	26.554.148,11	18.436.438,29
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	29.286,69	42.696,28
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	29.286,69	42.696,28
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	15.350.801,90	12.907.560,29
			RESULTADO PATRIMONIAL	28.607.341,76	22.616.214,98
			SUPERAVIT	28.607.341,76	22.616.214,98
VARIACOES ATIVAS	101.118.764,82	90.428.838,42	VARIACOES PASSIVAS	101.118.764,82	90.428.838,42



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2012		MES DEZ(FECHADO)		
SUBTITULO	373039/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21				EMISSAO 21/02/2013		PAGINA 1		
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO								
RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADAÇAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	32.962.015,28	29.882.295,88	3.079.719,40
					DESPESAS CORRENTES	0,00	5.343.977,97	5.174.900,92	169.077,05
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	5.343.977,97	5.174.900,92	169.077,05
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	27.618.037,31	24.707.394,96	2.910.642,35
					INVESTIMENTOS	0,00	3.918.582,31	3.526.394,96	392.187,35
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	23.699.455,00	21.181.000,00	2.518.455,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	32.962.015,28	29.882.295,88	3.079.719,40
TOTAL					TOTAL	0,00	32.962.015,28	29.882.295,88	3.079.719,40
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	29.882.295,88	-29.882.295,88	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	29.882.295,88	-29.882.295,88	TOTAL GERAL	0,00	32.962.015,28	29.882.295,88	3.079.719,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373039/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPA-IN CRA/SR-21	EMIÇÃO 21/02/2013	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		
TÍTULOS	2012	2011	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	730,00	13.940,27	
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	730,00	13.940,27	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	730,00	13.940,27	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS CORRENTES	5.155.996,76	1.975.908,95	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	9.653,56	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.155.996,76	1.966.255,39	
DESPESAS DE CAPITAL	24.707.394,96	30.585.723,41	
INVESTIMENTOS	3.526.394,96	2.443.723,41	
INVERSÕES FINANCEIRAS	21.181.000,00	28.142.000,00	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	29.863.391,72	32.561.632,36	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-29.862.661,72	-32.547.692,09	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	4.651.326,61	16.327.052,60	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.651.326,61	16.327.052,60	
MUTUAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	27.778.875,48	30.795.687,40	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	4.376.206,82	15.444.885,50	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	23.402.668,66	15.350.801,90	
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	51,03	51,03	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	51,03	51,03	
(-) MUTUAÇÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	1.200,00	1.530,00	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.200,00	1.530,00	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APOS INTERF/MUTUAÇÕES	2.547.385,18	14.573.466,88	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.547.385,18	14.573.466,88	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	317.108,38	1.480.540,57	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	307.108,38	25.540,57	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.000,00	1.455.000,00	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	68.370.724,35	41.811.617,58	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	67.570.667,21	39.900.149,98	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	800.057,14	1.911.467,60	
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	435.765,78	408.489,27	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	240.791,75	79.949,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	194.244,03	314.600,00	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	730,00	13.940,27	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	42.192.110,37	34.840.920,78	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	26.812.021,78	21.890.664,21	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	15.350.801,90	12.907.560,29	
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	29.286,69	42.696,28	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	28.607.341,76	22.616.214,98	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373039/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPA-INCRA/SR-21	EMISSION 21/02/2013	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		
TÍTULOS	2012	2011	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	730,00	13.940,27	
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	730,00	13.940,27	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	730,00	13.940,27	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	3.571,55	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	6.479.627,22	17.207.258,91	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	29.882.295,88	32.561.632,36	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-29.862.661,72	-32.547.692,09	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	4.651.326,61	16.327.052,60	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.651.326,61	16.327.052,60	
MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	27.778.875,48	30.795.687,40	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	4.376.206,82	15.444.885,50	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	23.402.668,66	15.350.801,90	
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	51,03	51,03	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	51,03	51,03	
(-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	1.200,00	1.530,00	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.200,00	1.530,00	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APOS INTERF/MUTACÕES	2.547.385,18	14.573.466,88	
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.			
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.547.385,18	14.573.466,88	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	317.108,38	1.480.540,57	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	307.108,38	25.540,57	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	10.000,00	1.455.000,00	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	68.370.724,35	41.811.617,58	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	67.570.667,21	39.900.149,98	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	800.057,14	1.911.467,60	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS			
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	435.765,78	408.489,27	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	240.791,75	79.949,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	194.244,03	314.600,00	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	730,00	13.940,27	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	42.192.110,37	34.840.920,78	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	26.812.021,78	21.890.664,21	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	15.350.801,90	12.907.560,29	
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	29.286,69	42.696,28	
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	28.607.341,76	22.616.214,98	

11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

11.6. Parecer da Auditoria Independente

12. Outras Informações Sobre a Gestão

**PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO
DE UNIDADES AFINS**

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

- Não ocorreu no período.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

- Não ocorreu no período.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

- Não ocorreu no período.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural-CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento:

- Não ocorreu no período

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s);

- Não ocorreu no período.

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

No exercício de 2012 a Superintendência Regional do Amapá, novamente, houve demora na distribuição definitiva das metas físicas e limites orçamentários para as SR's, o último Plano de Compromisso da Autarquia, ajustado ao Decreto nº 7.680/2012, foi expedido no mês de novembro, antes deste houve mais dois um no mês de janeiro e outro no mês de abril.

Além disso, greve geral foi deflagrada na Autarquia e, apesar d a Regional do Amapá não ter aderido ao movimento, houve prejuízo na execução das ações devido ao atraso na descentralizado de recursos por parte da sede.

Assim, as principais dificuldades enfrentadas pela SR em 2012 se referem a:

1. Demora por parte da sede em elaborar o Plano de Compromisso da Autarquia, instrumento que contém a distribuição das metas físicas e os limites orçamentários para as SR's no exercício, que resultou no atraso da descentralização dos recursos de algumas ações, como por exemplo: ação de topografia e ATER entre outras;
2. Corpo técnico limitado para elaboração dos projetos básicos para as ações que envolvem obras de infraestrutura, situação que resultou no atraso da contratação das obras e prejuízo para os beneficiários;
3. Corpo técnico limitado na CPL, que ocasionou o atraso excessivo no andamento dos processos licitatórios;
4. Preços excessivamente baixos previamente definidos pelo Incra-sede para as ações de infraestrutura e demarcação topográfica;
5. Número reduzido de servidores com capacidade técnica para acompanhar e supervisionar a execução das obras de infraestrutura e serviços de demarcação topográfica;
6. Quantidade insuficiente de equipamentos auxiliares para o serviço de fiscalização como, por exemplo, GPS's, máquinas fotográficas, impressoras coloridas, entre outros;
7. O atraso na publicação dos atos administrativos;
8. A ação 0427-Concessão de Crédito Instalação, não possui recurso financeiro suficiente para pagamento dos créditos empenhados, fato que ocasionou a inscrição dos valores em restos a pagar para o exercício de 2013.

Resumindo boa parte dos problemas vivenciados pela SR estão relacionados a decisões tomadas no âmbito do Incra-sede, o que torna mais difícil a solução dos mesmos. Mas, existem algumas medidas mitigadoras que podem e serão adotadas em nível local para melhorar a atuação da SR frente as dificuldades apresentadas, quais sejam:

1. A CPL e equipe de Pregoeiros será reforçada e contará com o apoio de novos servidores que serão treinados para exercerem suas atividades;
2. Persistirá a solicitação junto ao Incra- sede para a atualização dos preços para as contratações dos serviços de demarcação topográfica;
3. A SR solicitará à sede que os valores destinados aos serviços de fiscalização sejam quantificados de modo a atender as demandas existentes na SR;
4. A SR providenciará a capacitação dos servidores da área técnica incumbidos da fiscalização de obras de infraestrutura, demarcação topográfica e concessão de crédito instalação;
5. A SR tentará conseguir junto a sede os recursos para aquisição dos equipamentos necessários as fiscalizações;
6. Adotará medidas que inibam a demora da publicação dos atos administrativos;

7. Proporá ao Incra-sede que os recursos orçamentários liberados sejam acompanhados dos respectivos recursos financeiros a fim de evitar a inscrição dos valores não pagos em restos a pagar.

ANEXOS

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do INCRA Amapá									
CNPJ: 00.375.972/0090-36				UG/GESTÃO: 373039					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LEGENDA Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									
Fonte: SIAFI									